

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	16
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	19
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	22
2.5 Medições não contábeis	24
2.6 Eventos subsequentes as DFs	27
2.7 Destinação de resultados	28
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	30
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	32
2.10 Planos de negócios	33
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	37
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	38
5.2 Descrição dos controles internos	45
5.3 Programa de integridade	48
5.4 Alterações significativas	52
5.5 Outras informações relevantes	53

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1 – Comentários dos Diretores

As informações financeiras incluídas nos itens 2.1 a 2.11 deste Formulário, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade International Financial Reporting Standards ou “IFRS”), aplicáveis à empresas no Brasil registradas na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Certas tabelas do item 2 deste Formulário contém os termos “AH” e “AV” que significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica entre o período corrente e o seu subsequente. A Análise Vertical representa (i) o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das operações, ou (ii) em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do balanço patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia estarão disponíveis no site da Companhia (www.ri.neogrid.com.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Visão geral

Os diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para implementar o seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e longo prazo, baseada nos seguintes aspectos:

Endividamento

O endividamento líquido da Companhia é calculado com base nas demonstrações financeiras. A tabela a seguir apresenta o endividamento líquido da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro:

Indicadores financeiros (R\$ mil)	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Endividamento Bruto	10.923	57.318	83.516
Caixa e Equivalentes e Aplicações Financeiras	177.328	239.332	310.952
Endividamento Líquido	(166.405)	(182.014)	(227.436)

A variação da dívida líquida da Companhia entre os exercícios analisados decorre principalmente da amortização da dívida.

Disponibilidade de caixa

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia encerrou com caixa e aplicações financeiras de curto prazo de R\$ 310,9 milhões, em comparação a R\$ 365,6 milhões em 31 de dezembro de 2020. A redução de caixa se deu pela amortização da dívida, (R\$ 44.540) e devido ao início dos pagamentos relacionados às aquisições (R\$ 57.720). A redução não foi neste montante porque a geração de caixa do período equalizou parte destas retiradas.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia encerrou com caixa e aplicações financeiras de curto prazo de R\$ 239,3 milhões, em comparação a R\$ 310,9 milhões em 31 de dezembro de 2021. A redução de caixa se deu pela amortização da dívida, (R\$ 35.171) e devido aos pagamentos relacionados às aquisições (R\$ 35.124).

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia encerrou com caixa e aplicações financeiras de curto prazo de R\$ 177,3 milhões, em comparação a R\$ 239,3 milhões em 31 de dezembro de 2022. A redução de caixa se deu pela amortização da dívida, (R\$ 52.218), pagamentos relacionados às aquisições (R\$ 16.180) e ajustes de earnout (R\$ 13.389).

Indicadores Financeiros

A liquidez corrente é calculada através da razão entre ativo circulante e passivo circulante. A variação deste índice quando comparado entre 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 deve-se a amortização da dívida, aos pagamentos das parcelas das aquisições, ajustes de earnout e ao saldo do Contas a Pagar destas mesmas aquisições.

Indicadores financeiros (R\$ mil)	Em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
Ativo Circulante	257.842	320.609	376.389
Passivo Circulante	76.043	121.568	127.873
Liquidez Corrente	3,39	2,64	2,94

b. Estrutura de capital

Os diretores da Companhia entendem que sua atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação do seu passivo total e seu patrimônio líquido apresenta níveis adequados de alavancagem.

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 467,9 milhões, comparado a R\$ 453,7 milhões em 31 de dezembro de 2020. A oscilação no patrimônio líquido foi pelo resultado do exercício. A estrutura de capital da Companhia era composta por 60,78% de capital próprio (patrimônio líquido) e 39,22% de capital de terceiros (passivo total), enquanto em 31 de dezembro de 2020 era composta por 68,64% de capital próprio e 31,36% de capital de terceiros.

Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 457,4 milhões, comparado a R\$ 467,9 milhões em 31 de dezembro de 2021. A oscilação se deu principalmente pelo recompra de ações em 2022 e pelo resultado do exercício. A estrutura de capital da Companhia era composta por 64,61% de capital próprio (patrimônio líquido) e 35,39% de capital de terceiros (passivo total), enquanto em 31 de dezembro de 2021 era composta por 60,78% de capital próprio e 39,22% de capital de terceiros.

Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 449,9 milhões, comparado a R\$ 457,4 milhões em 31 de dezembro de 2022. A oscilação se deu principalmente pela compra de participação societária na controlada Predify e pelo resultado do exercício. A estrutura de capital da Companhia era composta por 69,43% de capital próprio (patrimônio líquido) e 30,57% de capital de terceiros (passivo total), enquanto em 31 de dezembro de 2022 era composta por 64,61% de capital próprio e 35,39% de capital de terceiros, conforme evidenciado pela tabela a seguir:

Indicadores de investimentos (R\$ mil)	Em 31 de dezembro de					
	2023	AV%	2022	AV%	2021	AV%
Patrimônio Líquido	449.942	69,43%	457.436	64,61%	467.868	60,78%
Passivo Total	198.117	30,57%	250.608	35,39%	301.899	39,22%
Total	648.059	100,0%	708.044	100,0%	769.767	100,0%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os diretores da Companhia acompanham constantemente a relação entre capital próprio e capital de terceiros visando a manutenção de uma relação ótima que propicie maior retorno ao capital investido pelos acionistas da Companhia sem depreciação de sua liquidez, buscando assim a sustentabilidade de seu negócio no longo prazo.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os diretores acreditam que a Companhia possui capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e de longo prazo. Esta situação pode ser verificada por meio de índices de liquidez corrente (calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) e de endividamento (calculado pela divisão da dívida líquida – empréstimos e financiamentos de curto e de longo prazo menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras – pelo EBITDA dos últimos 12 meses).

A Companhia acredita que a manutenção da sua saúde econômico-financeira é consequência de do valor que sua tecnologia entrega para o cliente, da base robusta e resiliente de clientes e da forte geração de caixa operacional.

Em 31 de dezembro de 2021, o índice de liquidez corrente foi de 2,94 e o índice de endividamento líquido de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras ficou negativo de -5,17 consequência ainda dos recursos captados pelo processo de IPO em 2020.

Em 31 de dezembro de 2022, o índice de liquidez corrente foi de 2,64 e o índice de endividamento líquido de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras ficou negativo de -7,15 consequência ainda dos recursos captados pelo processo de IPO em 2020.

Em 31 de dezembro de 2023, o índice de liquidez corrente foi de 3,39. Em 30 de setembro de 2023 o índice de endividamento líquido de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras ficou negativo de -14,43 consequência ainda dos recursos captados pelo processo de IPO em 2020. Não houve medição do endividamento líquido em 31 de dezembro de 2023, visto que em 15 de dezembro de 2023, conforme comunicado ao mercado a Companhia exerceu o seu direito de antecipar o resgate total da emissão da 1ª debênture com aprovação do conselho de administração datada em 30 de novembro de 2023. O resgate antecipado é decorrente da estratégia de gestão de caixa e endividamento da Neogrid, a partir do aumento do custo relativo total da Operação em razão da redução da taxa básica de juros.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No exercício social corrente e anteriores, a Companhia tem utilizado recursos de seus acionistas por meio de aumentos de capital com emissão de ações, geração de caixa próprio e, principalmente, empréstimos contratados junto a instituições financeiras de primeira linha para financiar suas necessidades de capital, como por exemplo, o Banco do Brasil.

No exercício social de 2021, as operações da Companhia proporcionaram uma geração de caixa líquido de R\$ 33,6 milhões, ante R\$ 45,7 milhões em 2020, enquanto suas atividades de financiamento foram responsáveis por uma aplicação de caixa líquido de R\$ 45,2 milhões, ante uma geração de R\$ 299,3 milhões em 2020, impactado naquele ano, principalmente pelo processo de IPO.

No exercício social de 2022, as operações da Companhia geraram uma aplicação de caixa líquido de R\$ 10,7 milhões, ante uma geração de R\$ 33,5 milhões em 2021, enquanto suas atividades de financiamento foram responsáveis por uma aplicação de caixa líquido de R\$ 58,4 milhões, ante uma aplicação de R\$ 45,2 milhões em 2021.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

No exercício social 2023, as operações da Companhia geraram um de caixa líquido de R\$ 6,2 milhões, ante uma geração de R\$ 4,5 milhões em 2022, enquanto suas atividades de financiamento foram responsáveis por uma aplicação de caixa líquido de R\$ 65,5 milhões, ante uma aplicação de R\$ 61,9 milhões em 2022.

Para maiores informações sobre o financiamento da Companhia mediante empréstimos junto a instituições financeiras, vide alínea “f” abaixo.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As principais fontes de recurso para as necessidades de capital que a Companhia pretende utilizar no curso regular de seus negócios são empréstimos do tipo capital de giro para coberturas de curto prazo e em casos específicos fontes de financiamentos de ativos não circulantes, debentures e linhas de crédito para inovação incentivadas podem ser avaliadas como uma opção alternativa.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo dos empréstimos e financiamentos da Companhia era de R\$ 83,5 milhões, ante R\$ 120,5 milhões em 2020. A dívida líquida é calculada pela soma dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante, deduzidos dos valores registrados como caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras, e totalizou (R\$ 227,4) milhões em 31 de dezembro de 2021, ante (R\$ 245,1) milhões em 2020.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo dos empréstimos e financiamentos da Companhia era de R\$ 57,3 milhões, ante R\$ 83,5 milhões em 2021. A dívida líquida é calculada pela soma dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante, deduzidos dos valores registrados como caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras, e totalizou (R\$ 182,0) milhões em 31 de dezembro de 2022, ante (R\$ 227,4) milhões em 2021.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo dos empréstimos e financiamentos da Companhia era de R\$ 10,9 milhões, ante R\$ 57,3 milhões em 2022. A dívida líquida é calculada pela soma dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante, deduzidos dos valores registrados como caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras, e totalizou (R\$ 166,4) milhões em 31 de dezembro de 2023, ante (R\$ 182,0) milhões em 2022.

As principais características da dívida líquida da Companhia, com base em suas demonstrações financeiras consolidadas, estão indicadas na tabela abaixo:

Modalidade	Moeda	Encargos em 2023	Ano de vencimento	Consolidado		
				2023	2022	2021
FINEP	Real	TJLP+4,5% a.a.	2029	10.346	12.232	13.916
Capital de giro (nacional)	Real	1,96% a.m.	2026	290	-	-
Capital de giro (nacional)	Real	3,21% a.m.	2026	146	-	-
BDMG	Real	6,3% a.a.	2024	141	427	709
Capital de giro (debentures)	Real	CDI + 2,75% a.a.	2024	-	44.603	68.694
BNDES	Real	3,72% a.a.	2023	-	12	35
Capital de giro (nacional)	Real	3,75% a.a.	2023	-	44	114
Pronampe	Real	SELIC + 1,27% a.a.	2023	-	-	48
Dívida Bruta				10.923	57.318	83.516
Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras				177.328	239.332	310.952
Dívida Líquida				(166.405)	(182.014)	(227.436)

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 19 de setembro de 2019 foi celebrado o Instrumento de Escritura da 1ª. Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Fidejussória, em Série Única para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Neogrid Participações S.A., entre a Emissora e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A (Agente Fiduciário), de 110.000 (cento e dez mil) Debêntures no valor total de: R\$ 110,0 milhões Código ISIN: BRNGRDDBS005, com emissão no dia 01 de outubro de 2019, cujos valores foram destinados ao pagamento de cédula de crédito bancário emitida pela Neogrid Informática em favor do Banco do Brasil, além da antecipação do pagamento da segunda e da terceira parcelas devidas aos antigos acionistas da Accera em decorrência da aquisição desta.

As Debêntures têm prazo de vencimento de 60 (sessenta) meses, a contar da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de outubro de 2024, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e resgate antecipado total (“Data de Vencimento”). Serão remuneradas com CDI + 2,75% a.m.

Banco Depositário: Banco do Brasil S.A.

Em 15 de dezembro de 2023, conforme comunicado ao mercado a Companhia exerceu o seu direito de antecipar o resgate total da emissão da 1ª debênture com aprovação do conselho de administração datada em 30 de novembro de 2023. O resgate antecipado é decorrente da estratégia de gestão de caixa e endividamento da Neogrid, a partir do aumento do custo relativo total da Operação em razão da redução da taxa básica de juros.

ii.Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

No exercício social corrente e anterior a Companhia não possuía quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas em suas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas.

iii.Grau de subordinação entre as dívidas

Os contratos de empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis da Companhia são garantidos por meio de diversos instrumentos, incluindo garantias reais (cartas fiança) e garantias quirografárias (garantias de imóveis).

Para maiores informações sobre o grau de subordinação do passivo circulante e não circulante da Companhia, vide nota 20 das Demonstrações Financeiras 2022 publicadas.

Para maiores informações sobre o grau de subordinação do passivo circulante e não circulante da Companhia, vide nota 19 das Demonstrações Financeiras 2023 publicadas.

As operações garantidas por alienação fiduciária de bens foram classificadas como sendo de garantia real e estariam excluídas em caso de concurso de credores. As demais obrigações foram classificadas como garantia quirografária e não há subordinação entre elas.

Em caso de eventual concurso de credores, o grau de subordinação entre as dívidas da Companhia e suas subsidiárias deverá seguir a ordem de preferência prevista no art. 83 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, qual seja, créditos trabalhistas, créditos com garantia real, créditos tributários e créditos quirografários, respectivamente.

iv.Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Em 19 de setembro de 2019 foi celebrado o Instrumento de Escritura da 1ª. Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Fidejussória, em Série Única para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Neogrid Participações S.A., entre a Emissora e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A (Agente Fiduciário), de 110.000 (cento e dez mil) Debêntures no valor total de: R\$ 110,0 milhões Código ISIN: BRNGRDDBS005, com emissão no dia 01 de outubro de 2019, cujos valores foram destinados ao pagamento de cédula de crédito bancário emitida pela Neogrid Informática em favor do Banco do Brasil, além da antecipação do pagamento da segunda e da terceira parcelas devidas aos antigos acionistas da Accera em decorrência da aquisição desta.

Este contrato prevê a necessidade de manutenção de uma relação “Dívida Financeira Líquida (*) / EBITDA” menor que 3,8 X em 2019 e 2,5 X a partir de 2020, onde:

(*) Dívida Financeira Líquida = Empréstimos e Financiamentos de Curto e Longo Prazo (Instituições Financeiras e/ou Debêntures) – Disponível (Caixa, Numerários em Trânsito, Conta Movimento em Bancos e Aplicações Livres).

Em 2021 o resultado alcançado foi de -5,17 ante -4,84 em 2020.

Em 2022 o resultado alcançado foi de -7,15 ante -5,17 em 2021.

Em 15 de dezembro de 2023, conforme comunicado ao mercado a Companhia exerceu o seu direito de antecipar o resgate total da emissão da 1ª debênture com aprovação do conselho de administração datada em 30 de novembro de 2023. O resgate antecipado é decorrente da estratégia de gestão de caixa e endividamento da Neogrid, a partir do aumento do custo relativo total da Operação em razão da redução da taxa básica de juros.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia não possui, no exercício social corrente e anterior, quaisquer empréstimos e financiamentos para projetos de longo prazo (*project finance*) com limites de utilização disponíveis para utilização.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS, aplicáveis às empresas no Brasil registradas na CVM.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

A Companhia apresenta a seguir as explicações das principais variações ocorridas e as explicações sobre seu resultado, a partir das suas demonstrações financeiras:

DISCUSSÃO DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES NAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE:

	<u>2023</u>	<u>AV %</u>	<u>2022</u>	<u>AV %</u>	<u>2021</u>	<u>AV %</u>	<u>AH %</u>
Receita líquida de vendas	268.322	100,0%	265.747	100,0%	245.604	100,0%	1,0%
Custo dos serviços prestados	(95.617)	-35,6%	(95.987)	-36,1%	(82.199)	-33,5%	-0,4%
Resultado bruto	172.705	64,4%	169.760	63,9%	163.405	66,5%	1,7%
Receitas (despesas) operacionais	(164.763)	-61,4%	(170.411)	-64,1%	(136.372)	-55,5%	-3,3%
Despesas com vendas	(45.826)	-17,1%	(42.990)	-16,2%	(32.451)	-13,2%	6,6%
Despesas gerais e administrativas	(70.437)	-26,3%	(71.839)	-27,0%	(56.499)	-23,0%	-2,0%
Pesquisa e desenvolvimento	(50.001)	-18,6%	(51.695)	-19,5%	(44.148)	-18,0%	-3,3%
Opções e ações restritas outorgadas reconhecidas	(3.371)	-1,3%	(1.328)	-0,5%	(391)	-0,2%	153,8%
Outros ganhos/(perdas) líquidos	4.872	1,8%	(2.559)	-1,0%	(2.883)	-1,2%	-290,4%
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	7.942	3,0%	(651)	-0,2%	27.033	11,0%	-1320,0%
Receitas financeiras	26.242	9,8%	29.507	11,1%	13.942	5,7%	-11,1%
Despesas financeiras	(12.445)	-4,6%	(24.173)	-9,1%	(15.007)	-6,1%	-48,5%
Variação cambial líquida	740	0,3%	836	-0,3%	(925)	-0,4%	-11,5%
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	14.537	5,4%	6.170	2,3%	(1.990)	-0,8%	135,6%
Resultado de equivalência patrimonial	(5.136)	-1,9%	(3.431)	-1,3%	(1.575)	-0,6%	49,7%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	17.343	6,5%	2.088	0,8%	23.468	9,6%	730,6%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.970)	-1,1%	(4.261)	-1,6%	(5.074)	-2,1%	-30,3%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(13.354)	-5,0%	15.288	5,8%	(3.814)	-1,6%	-187,3%
Lucro líquido do exercício	1.019	0,4%	13.115	4,9%	14.580	5,9%	-92,2%
Lucro líquido do exercício atribuído a:							
Participação dos acionistas controladores	2.613	1,0%	14.231	5,4%	14.610	5,9%	-81,6%
Participação dos acionistas não controladores	(1.594)	-0,6%	(1.116)	-0,4%	(30)	-0,0%	42,8%
Lucro líquido do exercício	1.019	0,4%	13.115	4,9%	14.580	5,9%	-92,2%
Outros resultados abrangentes	(3.051)	-1,1%	(2.034)	-0,8%	1.835	0,7%	50,0%
Resultado abrangente do exercício	(2.032)	-0,8%	11.081	4,2%	16.415	6,7%	-118,3%

Receita Operacional Líquida

Em 2021 a receita totalizou R\$ 245,6 milhões, representando 15,5% de crescimento em relação a 2020, contando com 96,4% de recorrência dos contratos SaaS. Os crescimentos de receita seguiram a dinâmica da Companhia, que mantém um elevado tempo médio de contratos ativos junto aos clientes, e explora oportunidades de expansão tanto com aquisição de novos clientes, como em operações de cross e up-sell entre a malha de empresas conectadas.

Em 2022 a receita totalizou R\$ 265,7 milhões, representando 8,2% de crescimento em relação a 2021, contando com 97,0% de recorrência dos contratos SaaS. Os crescimentos de receita seguiram a dinâmica da Companhia, que mantém um elevado tempo médio de contratos ativos junto aos clientes, e explora oportunidades de expansão tanto com aquisição de novos clientes, como em operações de cross e up-sell entre a malha de empresas conectadas.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 2023 a receita totalizou R\$ 268,3 milhões, representando 1,0% de crescimento em relação a 2022, contando com 97,1% de recorrência dos contratos SaaS. Os crescimentos de receita seguem a dinâmica da Companhia, que mantém um elevado tempo médio de contratos ativos junto aos clientes, e explora oportunidades de expansão tanto com aquisição de novos clientes, como em operações de cross e up-sell entre a malha de empresas conectadas. Os fatores macroeconômicos em 2023, no entanto, pesaram de forma significativa na tomada de decisão dos nossos clientes. As margens das grandes empresas de varejo e consumo, por exemplo, encolheram, gerando uma pressão para a adoção de medidas de contenção de custos e postergação de alocação de orçamento na contratação de serviços diversos, incluindo dados e tecnologia. Isso gerou um volume de perdas acima do que esperávamos, inclusive uma perda significativa no mercado internacional.

Custo dos Serviços Prestados

Os custos em 2021 totalizaram R\$ 82,2 milhões ante R\$ 73,6 milhões em 2020, um aumento de 11,6%. A elevação dos custos no período é resultado do processo de migração para nuvem, promovido pela Companhia visando maior eficiência em médio e longo prazos, com aumento de engajamento e possibilidade de ganho de escala por meio de uma solução com maior flexibilidade de uso e menor atrito operacional, tanto para os clientes como para o ambiente tecnológico da Companhia.

Os custos em 2022 totalizaram R\$ 96,0 milhões ante R\$ 82,2 milhões em 2021, um aumento de 16,8%. A elevação dos custos no período é resultado da consolidação das empresas adquiridas durante o ano de 2021, bem como inflação do período, tanto para os contratos com terceiros quanto no reajuste salarial dos colaboradores.

Os custos em 2023 totalizaram R\$ 95,6 milhões ante R\$ 96,0 milhões em 2022, uma redução de 0,4%. A diminuição dos custos no período é resultado de execução de projetos com ganho de eficiência em conectividade, em que a aplicação de estrutura multi-nuvem (maior número de fornecedores cloud) resulta em redução dos custos de servir.

Resultado Bruto

Devido às variações mencionadas, tivemos um aumento de 17,6% no resultado em 2021 se comparado a 2020, representando um aumento de R\$ 24,5 milhões.

Devido às variações mencionadas, tivemos um aumento de 3,9% no resultado em 2022 se comparado a 2021, representando um aumento de R\$ 6,4 milhões.

Devido às variações mencionadas, tivemos um aumento de 1,7% no resultado em 2023 se comparado a 2022, representando um aumento de R\$ 2,9 milhões.

Receitas (Despesas) Operacionais

No período findo em 31 de dezembro de 2021, as despesas operacionais da Companhia aumentaram 29,9%, passando de R\$ 105,0 milhões em 2020 para R\$ 136,4 milhões em 2021, representando um aumento de R\$ 31,4 milhões. Este aumento se deve a diversos fatores, dentre os principais, os gastos com o processo de M&A, amortização das mais-valias dos ativos adquiridos e investimentos em projetos de pesquisa e desenvolvimento, além da consolidação das empresas adquiridas.

No período findo em 31 de dezembro de 2022, as despesas operacionais da Companhia aumentaram 25,0%, passando de R\$ 136,4 milhões em 2021 para R\$ 170,4 milhões em 2022, representando um aumento de R\$ 34,0 milhões. Este aumento se deve a diversos fatores, dentre os principais, a amortização das mais-valias dos ativos adquiridos; investimentos em projetos de pesquisa e desenvolvimento, além da consolidação das empresas adquiridas.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

No período findo em 31 de dezembro de 2023, as despesas operacionais da Companhia diminuíram 3,3%, passando de R\$ 170,4 milhões em 2022 para R\$ 164,8 milhões em 2023, representando uma diminuição de R\$ 5,6 milhões. Esta redução se deve a diversos fatores, dentre os principais, a amortização das mais-valias dos ativos adquiridos; ganho de eficiência em pesquisa e desenvolvimento; e outras receitas extraordinárias.

Despesas comerciais

As despesas comerciais da Companhia aumentaram em R\$ 7,1 milhões ou 28,4%, alcançando R\$ 32,4 milhões em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$ 25,3 milhões no mesmo período de 2020. O aumento deu-se principalmente em decorrência de um aumento dos times de marketing, além de uma política mais agressiva de comissionamento.

As despesas comerciais da Companhia aumentaram em R\$ 10,6 milhões ou 32,5%, alcançando R\$ 43,0 milhões em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$ 32,4 milhões no mesmo período de 2021. O aumento deu-se principalmente pela consolidação das empresas adquiridas durante o ano de 2021, além de ações comerciais mais agressivas em 2022.

As despesas comerciais da Companhia aumentaram em R\$ 2,8 milhões ou 6,6%, alcançando R\$ 45,8 milhões em 31 de dezembro de 2023, comparado a R\$ 43,0 milhões no mesmo período de 2022. O aumento deu-se principalmente pela estratégia de expansão do time de vendas.

Despesas administrativas

As despesas administrativas da Companhia aumentaram em R\$ 15,8 milhões ou 38,8%, alcançando R\$ 56,5 milhões em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$ 40,7 milhões no mesmo período de 2020. Esse aumento teve como fatores os gastos com o processo de M&A, amortização das mais-valias dos ativos adquiridos, inflação do período e a consolidação das empresas adquiridas.

As despesas administrativas da Companhia aumentaram em R\$ 15,3 milhões ou 27,2%, alcançando R\$ 71,8 milhões em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$ 56,5 milhões no mesmo período de 2021. Esse aumento teve como fatores a amortização das mais-valias dos ativos adquiridos, inflação do período e a consolidação das empresas adquiridas.

As despesas administrativas da Companhia diminuíram em R\$ 1,4 milhões ou 2,0%, alcançando R\$ 70,4 milhões em 31 de dezembro de 2023, comparado a R\$ 71,8 milhões no mesmo período de 2022. Essa diminuição teve como fatores a redução de amortização das mais-valias dos ativos adquiridos ao longo do tempo, em contrapartida à inflação do período.

Pesquisa e desenvolvimento

As despesas com pesquisa e desenvolvimento da Companhia aumentaram em R\$ 10,8 milhões ou 32,5%, alcançando R\$ 44,1 milhões em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$ 33,3 milhões no mesmo período de 2020. O aumento é decorrente da aceleração de investimento com o objetivo de melhorar a arquitetura e requisitos de produto sob a ótica tecnológica, a fim de otimizar ganhos com eficiência operacional.

As despesas com pesquisa e desenvolvimento da Companhia aumentaram em R\$ 7,6 milhões ou 17,1%, alcançando R\$ 51,7 milhões em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$ 44,1 milhões no mesmo período de 2021. O aumento deu-se principalmente pela consolidação das empresas adquiridas durante o ano de 2021, bem como inflação do período, além de aceleração de investimento com o objetivo de melhorar a arquitetura e requisitos de produto sob a ótica tecnológica, a fim de otimizar ganhos com eficiência operacional.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As despesas com pesquisa e desenvolvimento da Companhia diminuíram em R\$ 1,7 milhões ou 3,3%, alcançando R\$ 50,0 milhões em 31 de dezembro de 2023, comparado a R\$ 51,7 milhões no mesmo período de 2022. A diminuição deu-se principalmente pelo ganho de eficiência a partir da curva de integração das operações das empresas adquiridas em 2021, com unificação de *roadmap* de produto e arquitetura de dados, agenda que em 2022 apresentava elevação do P&D na consolidação de resultados.

Opções e ações restritas outorgadas reconhecidas

As despesas com planos de outorga de ações aumentaram em R\$ 0,9 milhões ou 239,6%, alcançando R\$ 1,3 milhões em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$ 0,4 milhões no mesmo período de 2021. O aumento deu-se principalmente pelo novo plano de outorga de ações restritas, estabelecido em 2022.

As despesas com planos de outorga de ações aumentaram em R\$ 2,1 milhões ou 153,8%, alcançando R\$ 3,4 milhões em 31 de dezembro de 2023, comparado a R\$ 1,3 milhões no mesmo período de 2022. O aumento deu-se principalmente pelo novo plano de outorga de ações restritas, estabelecido em setembro de 2022.

Outras receitas (despesas) líquidas

Nesta rubrica basicamente estão registradas as provisões para contingências, receitas extraordinárias e aquelas despesas não usuais. As outras despesas líquidas da Companhia em 2022 totalizaram R\$ 2,6 milhões ante R\$ 2,9 mil de 2021. A diminuição está relacionada aos gastos com M&A, que foram menores em 2022, em contrapartida tivemos em 2022 gastos de reestruturação, isso porque promovemos ajustes relevantes em nosso investimento em pessoal nesse último trimestre, reforçando um ambiente de alta performance em meritocracia.

Nesta rubrica basicamente estão registradas as provisões para contingências, receitas extraordinárias e aquelas despesas não usuais. As outras receitas líquidas da Companhia em 2023 totalizaram R\$ 4,9 milhões ante despesas líquidas de R\$ 2,6 milhões de 2022. O aumento está relacionado à ajustes de termos de contratos de earnout, adequação importante para incorporação das empresas adquiridas em meio à estruturação organizacional em BUs, em contrapartida à gastos decorrentes da readequação de estrutura promovido pela Companhia, incorrendo em processos rescisórios, além de despesas com a desmobilização da unidade administrava de Porto Alegre – RS.

Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras

O resultado antes das receitas e despesas financeiras da Companhia diminuiu 102,4%, passando de R\$ 27,0 milhões no exercício de 2021 para um resultado negativo de R\$ 0,7 milhões no mesmo período de 2022, representando uma diminuição de R\$ 27,7 milhões. Esta diminuição ocorreu devido às variações mencionadas acima.

O resultado antes das receitas e despesas financeiras da Companhia aumentou 1320,0%, passando de um resultado negativo de R\$ 0,7 milhões no exercício de 2022 para um resultado positivo de R\$ 7,9 milhões no mesmo período de 2023, representando um aumento de R\$ 8,6 milhões. Esta diminuição ocorreu devido às variações mencionadas acima.

Resultado financeiro

O resultado financeiro da Companhia reduziu em R\$ 7,6 milhões, mas ainda representou um resultado líquido negativo de R\$ 1,9 milhões em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$ 9,5

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

milhões no mesmo período de 2020. A redução é decorrente principalmente da receita financeira dos recursos captados no processo do IPO e que estão aplicados.

O resultado financeiro da Companhia aumentou em R\$ 8,1 milhões, saindo de um resultado líquido negativo de R\$ 2,0 milhões em 31 de dezembro de 2021, para R\$ 6,2 milhões no mesmo período de 2022. O aumento é decorrente principalmente da receita financeira dos recursos captados no processo do IPO e que estão aplicados.

O resultado financeiro da Companhia aumentou em R\$ 8,3 milhões, saindo de um resultado líquido de R\$ 6,2 milhões em 31 de dezembro de 2022, para R\$ 14,5 milhões no mesmo período de 2023. O aumento é decorrente principalmente de menor despesa com ajuste a valor presente de obrigações com adquiridas, alinhado à redução do saldo de pagamentos e da taxa básica de juros.

Resultado de Equivalência Patrimonial

Em 20 de julho de 2021, a controlada Neogrid Informática adquiriu participação de 24,14% na GRG Inovações e Tecnologia S.A. ("Horus"), provocando a referida oscilação neste resultado.

Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Devido às variações mencionadas acima, no exercício de 2021, o resultado antes do imposto de renda e contribuição social da Companhia diminuiu R\$ 1,1 milhões, passando de um resultado de R\$ 24,6 milhões em 2020 para R\$ 23,5 milhões positivo no mesmo período de 2021.

Devido às variações mencionadas acima, no exercício de 2022, o resultado antes do imposto de renda e contribuição social da Companhia diminuiu R\$ 21,4 milhões, passando de um resultado de R\$ 23,5 milhões em 2021 para R\$ 2,1 milhões positivo no mesmo período de 2022.

Devido às variações mencionadas acima, no exercício de 2023, o resultado antes do imposto de renda e contribuição social da Companhia aumentou R\$ 15,2 milhões, passando de um resultado de R\$ 2,1 milhões em 2022 para R\$ 17,3 milhões no mesmo período de 2023.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social da Companhia diminuiu em R\$ 3,3 milhões, alcançando R\$ 8,9 milhões em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$ 12,2 milhões no mesmo período de 2020. A redução é explicada pelo fato de que o ano 2020 foi impactado por diversos ajustes provocados pelo processo do IPO, refletido na rubrica de imposto diferido. Analisando separadamente o imposto corrente, percebemos um aumento, devido ao fato de o lucro fiscal em 2021 ser superior a 2020, pois a amortização de mais valia de ativos adquiridos neste ano, ainda não é utilizada como benefício fiscal, tendo em vista que estes investimentos ainda não foram incorporados.

O imposto de renda e contribuição social da Companhia diminuiu em R\$ 19,9 milhões, alcançando R\$ 11,0 milhões em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$ -8,9 milhões no mesmo período de 2021. A redução é devido ao reconhecimento de IR/CS diferidos sobre o prejuízo da controlada no exterior Neogrid North América, além do aumento do prejuízo fiscal pela amortização dos ágios adquiridos. Em 2022 incorporamos as empresas Smarket, Arker e Lett.

O imposto de renda e contribuição social da Companhia aumentou em R\$ 27,3 milhões, alcançando R\$ -16,3 milhões em 31 de dezembro de 2023, comparado a R\$ 11,0 milhões no mesmo período de 2022. O aumento é devido ao efeito de 2022 do reconhecimento de IR/CS diferidos ativo sobre o prejuízo da controlada no exterior Neogrid North América que foi parcialmente revertido em 2023. Além disso constituímos IR/CS passivo sobre os ajustes de earn-

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

out e por fim reflexo da redução das diferenças temporárias provocada principalmente pela redução de provisões.

Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido da Companhia em 2021 aumentou R\$ 2,2 milhões, passando de R\$ 12,4 milhões em 2020 para um lucro líquido de R\$ 14,6 milhões no mesmo período de 2021. Os avanços na rentabilidade da Companhia refletem o ganho de eficiência nas operações, a partir da sinergia e integração das soluções na plataforma SaaS da Neogrid na nuvem.

O lucro líquido da Companhia em 2022 diminuiu R\$ 1,5 milhões, passando de R\$ 14,6 milhões em 2021 para um lucro líquido de R\$ 13,1 milhões no mesmo período de 2022. A Companhia estima que os impactos no seu resultado líquido causado em 2022 pelo efeito de suas aquisições serão revertidos nos próximos anos através da maximização das receitas dessas operações, bem como o equilíbrio de suas despesas.

O lucro líquido da Companhia em 2023 diminuiu R\$ 12,1 milhões, passando de R\$ 13,1 milhões em 2022 para um lucro líquido de R\$ 1,0 milhões no mesmo período de 2023 causado pelos efeitos citados acima.

BALANÇO PATRIMONIAL

COMPARAÇÃO ENTRE OS SALDOS DAS CONTAS PATRIMONIAIS NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO:

(em R\$ milhares)	31/12/2023	AV (%)	31/12/2022	AV (%)	31/12/2021	AV (%)	AH (%)
ATIVO							
Circulante	257.842	39,8%	320.609	45,3%	376.389	48,9%	19,6%
Caixa e equivalente de caixa	62.742	9,7%	69.759	9,9%	96.456	12,5%	-10,1%
Aplicações financeiras de curto prazo	114.586	17,7%	169.573	23,9%	214.496	27,9%	-32,4%
Contas a receber de clientes	58.300	9,0%	61.969	8,8%	54.948	7,1%	-5,9%
Impostos a recuperar	15.165	2,3%	12.110	1,7%	3.901	0,5%	25,2%
Adiantamentos	1.107	0,2%	1.066	0,2%	736	0,1%	3,8%
Despesas antecipadas	5.882	0,9%	6.131	0,9%	5.320	0,7%	-4,1%
Outros créditos	60	0,0%	1	0,0%	532	0,1%	5900,0%
Não Circulante	390.217	60,2%	387.435	54,7%	393.378	51,1%	0,7%
Realizável a longo prazo	6.837	1,1%	19.538	2,8%	355	0,0%	-65,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.569	1,0%	11.577	1,6%	-	0,0%	-43,3%
Despesas antecipadas	218	0,0%	376	0,1%	259	0,0%	-42,0%
Outros créditos	50	0,0%	109	0,0%	96	0,0%	-54,1%
Partes Relacionadas	-	0,0%	7.476	1,1%	-	0,0%	0,0%
Investimentos	-	0,0%	8.060	1,1%	7.034	0,9%	-100,0%
Ativos de direito de uso de arrendamento	11.523	1,8%	10.052	1,4%	8.417	1,1%	14,6%
Imobilizado	4.549	0,7%	4.360	0,6%	4.081	0,5%	4,3%
Intangível	367.308	56,7%	345.425	48,8%	373.491	48,5%	6,3%
Total do ativo	648.059	100,0%	708.044	100,0%	769.767	100,0%	-8,5%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Passivo Circulante	76.043	11,8%	121.568	17,2%	127.873	16,6%	-37,4%
Fornecedores e outras contas a pagar	23.414	3,6%	22.810	3,2%	21.199	2,8%	2,6%
Empréstimos e financiamentos	2.598	0,4%	26.717	3,8%	26.487	3,4%	-90,3%
Obrigações sociais e trabalhistas	18.918	2,9%	22.621	3,2%	16.257	2,1%	-16,4%
Impostos e contribuições a recolher	9.081	1,4%	5.554	0,8%	9.519	1,2%	63,5%
Obrigações por aquisição de investimentos	14.368	2,2%	33.728	4,8%	41.343	5,4%	-57,4%
Passivo de arrendamento	5.538	0,9%	5.343	0,8%	3.067	0,4%	3,6%
Receitas diferidas	2.126	0,3%	4.795	0,7%	10.001	1,3%	-55,7%
Passivo Não Circulante	122.074	18,8%	129.040	18,2%	174.026	22,6%	-5,4%
Empréstimos e financiamentos	8.325	1,3%	30.601	4,3%	57.029	7,4%	-72,8%
Impostos e contribuições a recolher	1.964	0,3%	-	0,0%	-	0,0%	100,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	69.225	10,7%	59.135	8,4%	66.419	8,6%	17,1%
Obrigações por aquisição de investimentos	35.369	5,5%	32.364	4,6%	46.330	6,0%	9,3%
Provisão para contingências	1.637	0,3%	329	0,0%	470	0,1%	397,6%
Outras contas a pagar	-	0,0%	-	0,0%	204	0,0%	0,0%
Provisão para perdas em investimentos	-	0,0%	2.582	0,4%	-	0,0%	-100,0%
Passivo de arrendamento	5.410	0,8%	4.029	0,6%	3.574	0,5%	34,3%
Receitas diferidas	144	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	100,0%
Patrimônio Líquido	449.942	69,4%	457.436	64,6%	467.868	60,8%	-1,6%
Capital social	469.908	72,5%	469.908	66,4%	469.908	61,0%	0,0%
Gastos com emissões de Ações	(29.800)	-4,6%	(29.800)	-4,2%	(29.800)	-3,9%	0,0%
Ágio em transações de capital	(25.361)	-3,9%	(16.016)	-2,3%	(16.016)	-2,1%	58,3%
Ajustes acumulados de conversão	286	0,0%	3.337	0,5%	5.371	0,7%	-91,4%
Opções Outorgadas	5.559	0,9%	5.657	0,8%	5.550	0,7%	-1,7%
Reservas de lucros	50.619	7,8%	46.139	6,5%	34.441	4,5%	9,7%
Ações em Tesouraria	(21.269)	-3,3%	(21.269)	-3,0%	(1.571)	-0,2%	0,0%
Participação de não controladores	-	0,0%	(520)	-0,1%	(15)	0,0%	-100,0%
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	648.059	100,0%	708.044	100,0%	769.767	100,0%	-8,5%

De acordo com o item 10.2.2.a do Ofício Circular/Anual 2023 CVM/SEP, a partir de 2023 não são necessários comentários sobre as contas do Balanço Patrimonial, sendo comentadas apenas alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

FLUXOS DE CAIXA

COMPARAÇÃO ENTRE OS SALDOS DAS CONTAS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO:

(em R\$ milhares)	31/12/2023	AV (%)	31/12/2022	AV (%)	31/12/2021	AV (%)	AH (%)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades:							
Operacionais	6.258	-89,2%	4.471	-16,7%	33.469	-186,3%	40,0%
Investimento	52.193	-743,8%	30.713	-115,0%	-6.176	34,4%	69,9%
Financiamento	-65.468	933,0%	-61.881	231,8%	-45.254	252,0%	5,8%
Aumento (diminuição) no saldo de caixa e equivalentes de caixa do exercício	-7.017	100,0%	-26.697	100,0%	-17.961	100,0%	-73,7%
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	69.759		96.456		114.417		
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	62.742		69.759		96.456		

No exercício de 2021, a geração de caixa total da Companhia resultou em uma diminuição de R\$ 18,0 milhões no caixa e equivalentes de caixa da Companhia, enquanto o aumento no mesmo período de 2020 resultou em um incremento de caixa do exercício de R\$ 89,5 milhões.

Esta redução se deu principalmente pelas aquisições efetuadas em 2021 somado a amortização da dívida.

No exercício de 2022, a geração de caixa total da Companhia resultou em uma diminuição de R\$ 27,0 milhões no caixa e equivalentes de caixa da Companhia, enquanto no mesmo período de 2021 resultou em uma redução de caixa do exercício de R\$ 18,0 milhões.

Esta redução se deu principalmente pelas aquisições efetuadas em 2021 somado a amortização da dívida.

No exercício de 2023, a geração de caixa total da Companhia resultou em uma diminuição de R\$ 7,0 milhões no caixa e equivalentes de caixa da Companhia, enquanto no mesmo período de 2022 resultou em uma redução de caixa do exercício de R\$ 26,7 milhões.

Este aumento se deu principalmente pela amortização da dívida das obrigações por aquisição de investimentos, antecipação da quitação das debêntures, amortização de mais valias, variação do capital de giro, em contrapartida à compra de ações em tesouraria em 2022.

Reclassificação de valores entre atividades: A variação total da conta Obrigação por aquisição de investimentos, anteriormente apresentada no fluxo das atividades de investimento, foi aberta por tipo de movimentação, de acordo com a Nota Explicativa 22. Portanto, os valores de 2022 de ajuste a valor presente de R\$ 9,4 milhões e provisão de juros de R\$ 2,2 milhões foram reclassificados da atividade de investimento para a atividade operacional, com o objetivo de refletir melhor os ajustes ao lucro do período, melhorando assim a comparabilidade de movimentos entre os períodos. Não há impacto na variação total de caixa e equivalentes nos períodos apresentados.

Atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais apresentou uma diminuição de R\$ 12,2 milhões ou 26,8% no exercício de 2021 comparado ao mesmo período de 2020, passando de R\$ 45,7 milhões para R\$ 33,5 milhões.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Este desempenho é reflexo das variações normais do capital de giro da Companhia e também da consolidação das empresas adquiridas, que são empresas com perfil scale up e que nesse momento apresentam crescimento acelerado, em detrimento de rentabilidade e geração de caixa.

O caixa líquido consumido nas atividades operacionais apresentou uma diminuição de R\$ 44,2 milhões ou 131,9% no exercício de 2022 comparado ao mesmo período de 2021, passando de R\$ 33,5 milhões para R\$ -10,7 milhões.

Este desempenho é reflexo das variações normais do capital de giro da Companhia, das amortizações de intangíveis e também da consolidação das empresas adquiridas, que são empresas com perfil scale up e que nesse momento apresentam crescimento acelerado, em detrimento de rentabilidade e geração de caixa.

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais apresentou um aumento de R\$ 1,8 milhões ou 40,0% no exercício de 2023 comparado ao mesmo período de 2022, passando de R\$ 4,5 milhões para R\$ 6,3 milhões.

Este desempenho é reflexo das variações normais do capital de giro da Companhia e das amortizações de intangíveis.

Atividades de investimentos

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento apresentou um aumento de R\$ 249,4 milhões no exercício de 2021 comparado ao mesmo período de 2020 quando o consumo foi de R\$ 255,6 milhões. A disparidade aqui na comparação com 2020 é porque naquele ano ocorreu a captação via processo de IPO. Em 2021 a aplicação foi para quitar as parcelas pertinentes às obrigações contraídas por conta das aquisições.

O caixa líquido gerado nas atividades de investimento apresentou um aumento de R\$ 48.6 milhões no exercício de 2022 comparado ao mesmo período de 2021 quando o consumo foi de R\$ -6,2 milhões. A disparidade aqui na comparação com 2022 é porque naquele ano ocorreram as aquisições de empresas.

O caixa líquido gerado nas atividades de investimento apresentou um aumento de R\$ 21,5 milhões no exercício de 2023 comparado ao mesmo período de 2022 quando a geração foi de R\$ 30,7 milhões. O aumento se deu principalmente pela amortização da dívida das obrigações por aquisição de investimentos.

Atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento apresentou uma redução de R\$ 344,6 milhões no exercício de 2021 comparado ao mesmo período de 2020. A disparidade aqui na comparação com 2020 é porque naquele ano ocorreu a captação via processo de IPO. Em 2021 a aplicação foi para amortizar a dívida.

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento apresentou uma redução de R\$ 13,1 milhões no exercício de 2022 comparado ao mesmo período de 2021. A variação está principalmente relacionada à compra de ações em tesouraria, devido ao Programa de Recompra.

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento apresentou um aumento de R\$ 3,6 milhões no exercício de 2023 comparado ao mesmo período de 2022. A variação está relacionada à compra de ações em tesouraria, devido ao Programa de Recompra em 2022, antecipação da quitação das debêntures em 2023, e mútuos entre partes relacionadas durante o ano de 2023.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os diretores da Companhia reportaram que a receita da Companhia é composta por receita derivada do pagamento de assinatura mensal da plataforma Neogrid no modelo *SaaS – Software as a Service*. Dessa forma, as variações na receita estão relacionadas à variação no valor da mensalidade do uso do software, caso ocorra, e à variação dos documentos trafegados pela plataforma Neogrid.

No exercício social corrente e nos últimos três exercícios sociais, as receitas têm variado principalmente em função do crescimento orgânico, que ocorre no curso normal dos negócios da Companhia, como desenvolvimento de novas ofertas, maior taxa de conversão do time de vendas e resultados derivados de campanhas de marketing e em função do crescimento inorgânico, derivado das aquisições.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Nos exercícios findos nos anos de 2023, 2022 e 2021, não existiam fatores externos que influenciaram significativamente os resultados operacionais da Companhia no exercício social.

Os resultados das operações da Companhia foram e continuarão a ser influenciados por condições macroeconômicas e afetados por fatores como: (i) taxa de inflação; (ii) valorização ou desvalorização do real (R\$) frente ao dólar (US\$); (iii) crescimento do PIB; (iv) distribuição de renda; (v) taxa de desemprego; (vi) variação real do salário; (vii) disponibilidade de crédito; (viii) taxa de juros; e (ix) grau de confiança dos consumidores.

A Companhia está inserida no segmento de tecnologia para ganho de eficiência do ambiente B2B, provendo soluções integradas em ERP's. Nossas operações consistem principalmente em fornecer inteligência para indústria, distribuidores e varejistas. Assim, destacamos os seguintes impactos em nossos resultados operacionais resultantes de fatores macroeconômicos:

- a. taxa de inflação: Para mais informações sobre os impactos da inflação na nossa receita, vide item 2.2(b) e 2.2(c) deste Formulário.
- b. valorização ou desvalorização do real (R\$) frente ao dólar (US\$): Para mais informações sobre os impactos da variação da taxa de câmbio na nossa receita, vide item 2.2(c) deste Formulário.
- c. custo dos nossos principais insumos: nossos principais insumos são investimentos em bens de capital (aquisição de equipamentos, hardware e software de fornecedores) e pessoas (funcionários da empresa). Um aumento no custo de tais insumos pode ter um efeito material adverso nas nossas vendas, margens e lucro líquido, caso não consigamos repassar tal aumento para nossos clientes por meio de aumento de preços ou caso tais aumentos causem redução de nossas vendas.
- d. investimentos em e desenvolvimento de novos produtos: os negócios da Companhia dependem de inovação em novas soluções e tecnologias. Mesmo num cenário de retração econômica, a Companhia tem mantido altos investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

2.2 Resultados operacional e financeiro

No exercício social de 2021, a receita operacional líquida da Companhia foi de R\$ 245,6 milhões, representando um crescimento de 15,5% em relação ao exercício anterior.

No exercício social de 2022, a receita operacional líquida da Companhia foi de R\$ 265,7 milhões, representando um crescimento de 8,2% em relação ao exercício anterior.

No exercício social de 2023, a receita operacional líquida da Companhia foi de R\$ 268,3 milhões, representando um crescimento de 1,0% em relação ao exercício anterior.

A receita da Companhia é impactada diretamente por alterações na taxa de inflação, pois grande parte dos contratos da Companhia com seus clientes são indexados a índices de inflação. Os principais impactos nas variações de receitas da Companhia no exercício social corrente e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 são explicados pela variação do IPCA, que prejudica o componente de preço no crescimento da receita recorrente, pelas alterações em volumes de vendas e introdução de novos produtos e serviços da Companhia a partir das aquisições ocorridas nesses períodos.

Diversos serviços utilizados pela Companhia têm seus valores reajustados com base na variação do IGP-M e do IPCA, entre eles a despesa com pessoal (salários, encargos e benefícios), que estão atrelados à variação do IPCA, além de outros gastos, como aluguel, que por sua vez estão atrelados ao IGP-M. Porém, este impacto é atenuado à medida que as receitas recorrentes também são indexadas pela inflação, majoritariamente pelo IPCA.

A receita operacional líquida da Companhia pode ser afetada pelas mudanças econômicas, principalmente no que tange à taxa de juros de curto e longo prazo, índice de inflação e política cambial brasileira. Em 2023, os fatores macroeconômicos pesaram de forma significativa na tomada de decisão dos nossos clientes. As margens das grandes empresas de varejo e consumo, por exemplo, encolheram, gerando uma pressão para a adoção de medidas de contenção de custos e postergação de alocação de orçamento na contratação de serviços diversos, incluindo dados e tecnologia. Isso gerou um volume de perdas acima do que esperávamos.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

O resultado operacional da Companhia pode ser afetado pelas mudanças econômicas, principalmente no que tange à taxa de juros de curto e longo prazo, índice de inflação e política cambial brasileiras. No entanto, historicamente, essas mudanças têm seu efeito atenuado para a Companhia devido à pulverização de sua base instalada de clientes, composta por empresas de praticamente todos os tamanhos e setores da economia brasileira. Diversos serviços utilizados pela Companhia têm seus valores reajustados com base na variação do IGP-M e o do IPCA, entre eles a despesa com pessoal (salários, encargos e benefícios), além de outros gastos, como viagens, comunicação e aluguel, que também são influenciados por estes índices de inflação. Porém, este impacto é atenuado à medida que as receitas recorrentes também são indexadas pela inflação, majoritariamente pelo IPCA.

A inflação pode impactar direta e indiretamente os custos das ofertas oferecidas pela Companhia, assim como nas suas despesas operacionais. O aumento da inflação poderá impactar negativamente o resultado operacional caso a Companhia não seja capaz de repassar esses aumentos de gastos aos clientes finais por meio do aumento dos preços. Adicionalmente, o aumento da inflação pode levar a uma depreciação do cenário macroeconômico, reduzindo investimentos, prejudicando novos negócios e reduzindo o poder aquisitivo dos clientes finais. Portanto, a depreciação do cenário macroeconômico pode afetar adversamente o resultado operacional da Companhia. A Companhia acredita que consegue repassar pequenas variações nos

2.2 Resultados operacional e financeiro

índices de inflação a seus clientes, sempre buscando, nas negociações com os fornecedores, o menor custo possível, respeitando os princípios da relação comercial.

A variação de preços dos insumos poderá impactar negativamente os resultados operacionais da Companhia se a Companhia não for capaz de repassar os aumentos de custos ao cliente final por meio do aumento dos preços das ofertas que comercializa ou se tal variação causar redução das vendas da Companhia.

A variação das taxas de juros no Brasil pode influenciar de maneira indireta o resultado operacional da Companhia na medida em que uma eventual elevação deste índice pode gerar uma retração dos investimentos em tecnologia realizados pelos clientes e potenciais clientes da Companhia. Assim, não é possível quantificar o real impacto da variação da taxa de juros no resultado operacional da Companhia. Contudo, historicamente, nos períodos de alta da taxa SELIC, a Companhia não deixou de registrar crescimento em vendas.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em ativos de baixo risco e aplicações em instituições financeiras, sem constituir concentração nestas últimas e sempre considerando instituições de primeira linha, e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do CDI.

No exercício social de 2021, a receita financeira com rendimentos de aplicações financeiras, representou 91,2% da receita financeira. A Companhia possuía empréstimos e financiamentos totais de R\$ 83,5 milhões atrelados à CDI e IPCA.

No exercício social de 2022, a receita financeira com rendimentos de aplicações financeiras, representou 95,3% da receita financeira. A companhia possuía empréstimos e financiamentos totais de R\$ 57,3 milhões atrelados à CDI e IPCA.

No exercício social de 2023, a receita financeira com rendimentos de aplicações financeiras, representou 87,1% da receita financeira. A companhia possuía empréstimos e financiamentos totais de R\$ 10,9 milhões atrelados à CDI e IPCA.

A administração da Companhia entende que alterações na taxa de câmbio, na inflação, na taxa de juros de longo prazo (TJLP) ou na taxa de juros não teriam impactos relevantes na lucratividade da Companhia, conforme apresentado na análise de sensibilidade com os saldos de 31 de dezembro de 2023:

31/12/2023					
	Saldos	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
		Aumento		10,0%	20,0%
Financiamentos FINEP	R\$ 10.346	TJLP + 4,5% a.a	9,23%	10,16%	11,08%
<i>Despesa Financeira estimada</i>			<i>R\$ 955</i>	<i>R\$ 1.051</i>	<i>R\$ 1.146</i>

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 - Mudanças significativas nas práticas contábeis/opiniões modificadas e ênfases no parecer do auditor

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2.

Não existem novas normas e alterações emitidas pelo IASB e CPC com vigência a partir de 1º de janeiro de 2021, que na opinião da Administração, possam ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia e suas controladas.

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2021. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). Não é esperado que essas alterações de normas impactem significativamente o resultado ou o patrimônio líquido a ser divulgado pela Companhia e suas controladas nos próximos períodos.

- . **Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado"**: em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.
- . **Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes"**: em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.
- . **Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios"**: emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º. de janeiro de 2022.
- . **Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020**: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º. de janeiro de 2022:
 - (i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
 - (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
 - (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022:

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

- . **Alteração ao IAS 16 / CPC 27 "Ativo Imobilizado"**: a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.
- . **Alteração ao IAS 37 / CPC 25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes"**: esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.
- . **Alteração ao IFRS 3 / CPC 15 "Combinação de Negócios"**: substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018.
- . **Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020**:
 - (i) IFRS 9 / CPC 48 – "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
 - (ii) IFRS 16 / CPC 06 – "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
 - (iii) IFRS 1 / CPC 37 – "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia.

As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023:

- . **Alteração ao IAS 1 / CPC 26 "Apresentação das Demonstrações Contábeis"**: especifica os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:
 - (i) o que significa um direito de postergar a liquidação;
 - (ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
 - (iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
 - (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.
- . **Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 / CPC 26 "Apresentação das Demonstrações Contábeis"**: fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.
- . **Alteração ao IAS 8 / CPC 23 "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro"**: introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, esclarece como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

- . **Alteração ao IFRS 12 / CPC 32 “Tributos sobre o Lucro”:** restringe o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia.

Não existem novas normas e alterações emitidas pelo IASB e CPC com vigência a partir de 1º de janeiro de 2023, na opinião da Administração, que possam ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia e suas controladas.

As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024:

- . **Alteração ao IAS 1 “Apresentação das Demonstrações Contábeis”:** de acordo com o IAS 1 – “Presentation of financial statements”, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 “Classification of liabilities as current or non-current”, cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreenderem o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

Não é esperado que essas alterações de normas impactem significativamente o resultado ou o patrimônio líquido a ser divulgado pela Companhia e suas controladas neste ou nos próximos períodos.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os relatórios dos auditores independentes emitidos para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, não contêm ressalvas ou ênfases e concordam com a opinião expressada nesses relatórios.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas Demonstrações Financeiras

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Nenhum segmento operacional foi introduzido ou alienado no âmbito das atividades da Companhia para o período encerrado em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 22 de março de 2021 adquirimos a totalidade do capital social e dos direitos de subscrição ou opção de compra de quotas dos investidores Smarket Solutions Software de Apoio a Gestão Ltda no valor de R\$ 27,0 milhões com parcelas atreladas à Earn Out.

Em 20 de julho de 2021 adquirimos 20,69% do capital social da GRG Inovações e Tecnologia S.A (Horus), no valor de R\$ 6,0 milhões; e 3,45% pelo preço de R\$ 1,0 milhão pagos à vista na data do fechamento.

Em 16 de setembro de 2021, a Companhia adquiriu a totalidade do capital social da Arker Tecnologia e Desenvolvimento de Software Ltda, bem como dos direitos de subscrição ou opção de compra de quotas dos investidores da empresa adquirida no valor R\$ 57,7 milhões com parcelas atreladas à Earn Out.

Em 30 de setembro de 2021, adquirimos a totalidade do capital social da Lett Serviços de Informação S.A., bem como dos direitos de subscrição ou opção de compra de quotas dos investidores da empresa adquirida no valor de R\$ 70,4 milhões com parcelas atreladas à Earn Out.

Em 09 de dezembro de 2021 a Neogrid Informática alienou sua participação de 5,78% na R&B pelo valor de R\$ 0,5 milhões.

Em 14 de dezembro de 2021, a Companhia adquiriu 51,1% do capital social da Predify Tech Ltda, bem como dos direitos de subscrição ou opção de compra de quotas dos investidores da empresa adquirida no valor de R\$ 4,4 milhões.

Em 21 de junho de 2022 e em 28 de abril de 2023, foram revistas as condições contratuais estabelecidas com a Horus, resultando nas seguintes alterações:

- (i) Foram atreladas à contraprestação contingente metas de Earn Out de Mútuo e de MRR. A Administração considera que a estimativa dos respectivos Earn Outs é de R\$ 1.875 milhões (Nota Explicativa 23);
- (ii) Cancelamento da opção de compra com vencimento em 18 meses, sendo substituída por conversão de ações via Contrato de Mútuo firmado entre as partes conforme Nota Explicativa 26b divulgado nas Demonstrações Financeiras de 2022. Sendo assim, o preço de aquisição dessa opção passa a ser atrelado ao valor de Mútuo;
- (iii) Postergação da opção de compra com vencimento em 30 meses, para 42 meses.

Em 28 de dezembro de 2023, a Neogrid Informática adquiriu a totalidade das ações da Horus. Desta forma, a Horus passa a ser uma controlada indireta. Maiores detalhes sobre os valores da operação, vide Nota Explicativa 9 divulgada nas Demonstrações Financeiras de 2022.

Na mesma data, a Companhia adquiriu 24,9% do capital social da Predify Tech Ltda, bem como dos direitos de subscrição ou opção de compra de quotas dos investidores da empresa adquirida. O preço da aquisição envolve: (i) a conversão parcial de mútuo entre Predify Tech Ltda e Neogrid Informática Ltda, no valor de R\$ 2,9 milhões.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Na mesma data, a Companhia adquiriu 24% do capital social da Predify Tech Ltda, bem como dos direitos de subscrição ou opção de compra de quotas dos investidores da empresa adquirida. O preço da aquisição envolve: (i) o pagamento de R\$ 1,1 milhões efetuado no dia 28 de dezembro de 2023 (data do fechamento); (ii) parcela adicional com vencimentos em 90 dias e 180 dias a contar da data do fechamento condicionados ao faturamento de receitas de projetos ainda não entregues, no valor de R\$ 1,3 milhões e (iii) pagamento de até R\$ 5,5 milhões a título de Earn Out observando disposições contratuais, sendo que os pagamentos serão feitos de forma parcelada entre 2025 e 2026.

c. eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais no período encerrado em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, que tenham causado ou que se espera que venham a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou nos resultados da Companhia.

2.5 Medições não contábeis

2.5 – Medições não contábeis

(a) informar o valor das medições não contábeis

- EBITDA

O EBITDA (*earning before interest, tax, depreciation and amortization*), sigla em inglês para denominar LAJIDA (lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas financeiras líquidas e da depreciação e amortização) é uma medida não contábil calculada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 156/22”) e consiste no lucro líquido ajustado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização. O EBITDA representa a capacidade da Companhia de geração de resultados operacionais, bem como indica a sua capacidade de gerar caixa a partir de seus ativos operacionais. A margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

O EBITDA e a margem EBITDA não são medidas de desempenho financeiro reconhecidas pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), nem pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, tampouco devem ser consideradas isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, ou como medidas de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medidas de liquidez. O EBITDA e a margem EBITDA não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Em 31 de dezembro de 2021, o EBITDA desconsiderando os efeitos de equivalência patrimonial e minoritários foi de R\$ 44.021. O EBITDA considerando os efeitos de equivalência patrimonial foi de R\$ 45.566 e com margem de 18,5% e o EBITDA ajustado com receitas e despesas extraordinárias foi de R\$ 50.105 e com margem de 20,4%.

Em 31 de dezembro de 2022, o EBITDA desconsiderando os efeitos de equivalência patrimonial e minoritários foi de R\$ 25.472. O EBITDA considerando os efeitos de equivalência patrimonial foi de R\$ 27.786 e com margem de 10,5% e o EBITDA ajustado com receitas e despesas extraordinárias foi de R\$ 31.726 com margem de 11,9%.

Em 31 de dezembro de 2023, o EBITDA desconsiderando os efeitos de equivalência patrimonial e minoritários foi de R\$ 28.240. O EBITDA considerando os efeitos de equivalência patrimonial foi de R\$ 31.782 com margem de 11,8% e o EBITDA ajustado com receitas e despesas extraordinárias foi de R\$ 30.099 e com margem de 11,2%.

- Endividamentos bruto e líquido e grau de alavancagem

O endividamento bruto da Companhia é uma medida não contábil calculada pela Companhia conforme prática do mercado a ser conciliada com as demonstrações financeiras da Companhia, a qual é composta pelo saldo de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante).

O endividamento líquido da Companhia é uma medida não contábil calculada conforme prática do mercado, sendo possível ser conciliada com as demonstrações contábeis da Companhia, a qual é composta pelo saldo de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) (endividamento bruto), descontada de caixa e equivalentes de caixa.

O grau de alavancagem, uma medida também não contábil, é apurado pela fórmula: endividamento líquido / (endividamento líquido + patrimônio líquido).

2.5 Medições não contábeis

O endividamento bruto, o endividamento líquido e o grau de alavancagem não são indicadores do desempenho financeiro da Companhia reconhecidas pelo IFRS, nem pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, tampouco devem ser consideradas isoladamente. O endividamento bruto, líquido e o grau de alavancagem não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2021, endividamento bruto de R\$ 83.516 e endividamento líquido de R\$ -227.436, tendo um grau de alavancagem de -48,61%.

A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2022, endividamento bruto de R\$ 57.318 e endividamento líquido de R\$ -182.014, tendo um grau de alavancagem de -39,74%.

A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2023, endividamento bruto de R\$ 10.923 e endividamento líquido de R\$ -166.405, tendo um grau de alavancagem de -36,98%.

(b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

- EBITDA e Margem EBITDA

Conciliação entre o lucro líquido e o EBITDA:

Valores em R\$ mil	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	2.613	14.231	14.610
(+) Imposto de renda e contribuição social	16.324	(11.027)	8.888
(+) Despesas financeiras, líquidas	(14.537)	(6.170)	1.990
(+) Depreciação e amortização	23.840	28.437	18.533
EBITDA	28.240	25.471	44.021
(+) Equivalência patrimonial e minoritários	3.542	2.315	1.545
EBITDA¹	31.782	27.786	45.566
Receita operacional líquida	268.322	265.747	245.604
Margem EBITDA (%)	11,8%	10,5%	18,6%
(+) Eventos extraordinárias ²	(5.054)	3.940	4.539
(+) Opções outorgadas reconhecidas	3.371	1.328	-
EBITDA Ajustado	30.099	33.054	50.105
Margem EBITDA Ajustado (%)	11,2%	12,4%	20,4%

¹EBITDA desconsiderando o efeito de equivalência patrimonial e minoritários.

- Endividamentos bruto e líquido e grau de alavancagem

Conciliação dos endividamentos bruto e líquido e do grau de alavancagem:

Valores em R\$ mil	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos			
Circulante	2.598	26.717	26.487
Não circulante	8.325	30.601	57.029
Endividamento bruto	10.923	57.318	83.516
(-) Caixa e equivalentes de caixa	62.742	69.759	96.456
(-) Aplicações financeiras	114.586	169.573	214.496

2.5 Medições não contábeis

Endividamento líquido	(166.405)	(182.014)	227.436
Patrimônio líquido	449.942	457.956	467.883
Grau de alavancagem	-36,98%	-39,74%	-48,61%

(c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

- EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA e a Margem EBITDA são os indicadores financeiros utilizados para avaliar o resultado da Companhia sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários do imposto de renda e contribuição social e outros impactos contábeis como a depreciação e amortização, as quais não possuem reflexo direto no fluxo de caixa da Companhia.

Em razão de não serem consideradas para o seu cálculo, as despesas e receitas financeiras, o imposto sobre a renda e a contribuição social, a depreciação e amortização, a Companhia entende que o EBITDA é o indicador mais apropriado para fins de análises de performance, uma vez que funciona como uma medida geral de desempenho por se aproximar da geração de caixa de sua atividade econômica. Consequentemente, o EBITDA funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. O EBITDA permite uma melhor compreensão não só sobre o desempenho financeiro, como também sobre a capacidade da Companhia de cumprir com as obrigações passivas e de obter recursos para as despesas de capital e para o capital de giro. O EBITDA e a Margem EBITDA, no entanto, apresentam limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa os lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados. A Margem EBITDA é calculada por meio da divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

A Companhia acredita que a utilização do EBITDA como medida de desempenho financeiro pode contribuir para a compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações, além de permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento.

A Companhia ressalta que o EBITDA é apenas informação adicional às suas demonstrações contábeis. Considerando que o EBITDA não é medida contábil, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), este não deve ser utilizado como (i) base de distribuição de dividendos; (ii) substituto para o lucro líquido; ou (iii) indicador de liquidez.

- Endividamentos bruto e líquido e grau de alavancagem

A Companhia entende que o endividamento bruto, o endividamento líquido e o grau de alavancagem são medições que contribuem para a compreensão de sua condição financeira, uma vez que medem o nível de alavancagem financeira.

A Companhia ressalta que o endividamento bruto e o endividamento líquido são apenas informações adicionais às suas demonstrações contábeis. Considerando que o endividamento bruto e o endividamento líquido não são medidas contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), não devem ser utilizadas como substituto para o fluxo de caixa.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 - Eventos subsequentes às DFs

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e emitidas em 11 de março de 2022.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e emitidas em 6 de março de 2023.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e emitidas em 5 de março de 2024. Não houve evento subsequente relevante entre a data base e data de emissão.

2.7 Destinação de resultados

2.7 - Destinação dos resultados sociais

	2023	2022	2021
a. Regras sobre retenção de lucros	A Companhia não possui política estabelecendo regras de retenção adicionais àquelas previstas em lei. Conforme a Lei 6.404/76, a Companhia pode reter 5% (cinco por cento), no mínimo, para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% (trinta por cento) do capital social, a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal não será obrigatória. Ademais, ainda conforme a Lei 6.404/76, a Companhia poderá reter o montante relacionado ao orçamento de capital, submetido pelos órgãos da administração com a justificação da retenção de lucros, compreendendo as fontes de recursos e aplicações de capital, fixo ou circulante, e poderá ter a duração de até 5 (cinco) exercícios sociais, salvo no caso de execução, por prazo maior, de projeto de investimento. O orçamento poderá ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária que irá deliberar sobre o balanço do exercício revisado anualmente, quando tiver duração superior a 1 (um) exercício social.		
a.i. Valores das retenções de lucros	Reserva legal R\$ 0,1 milhões; e Reserva de Retenção de Lucros R\$ 1,9 milhões.	Reserva legal R\$ 0,7 milhões; e Reserva de Retenção de Lucros R\$ 10,9 milhões.	Reserva legal R\$ 0,7 milhões; e Reserva de Retenção de Lucros R\$ 10,9 milhões.
a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Reserva legal: 5% Dividendos mínimos obrigatórios: 23,75% Reserva de Retenção de Lucros: 71,26%	Reserva legal: 5% Dividendos mínimos obrigatórios: 23,75% Reserva de Retenção de Lucros: 71,07%	Reserva legal: 5% Dividendos mínimos obrigatórios: 23,75% Cancelamento de Ações tesouraria: 46,68% Reserva de Retenção de Lucros: 74,55%
b. Regras sobre a distribuição de dividendos	A parcela correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo Artigo 202 da Lei 6.404/76 e no Artigo 26 do Estatuto Social da Companhia, será destinada ao pagamento do dividendo mínimo necessário.		
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	A distribuição de dividendos ocorre ao fim de cada exercício social. Para períodos inferiores, o Estatuto Social da Companhia, em seu Artigo 27, contém previsão acerca da possibilidade de distribuição.		
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável à	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo previsto a seguir, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia. A 1ª emissão de debêntures simples da Companhia, realizada em 1º de outubro de 2019 impõe restrição à distribuição de dividendos: caso a Emissora		

2.7 Destinação de resultados

Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	<p>e/ou Fiadoras estejam em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias ou financeiras com os debenturistas ou quaisquer terceiros no âmbito de dívidas contraídas no mercado financeiro ou de capitais, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório.</p> <p>Em 15 de dezembro de 2023, conforme comunicado ao mercado a Companhia exerceu o seu direito de antecipar o resgate total da emissão da 1ª debênture com aprovação do conselho de administração datada em 30 de novembro de 2023. O resgate antecipado é decorrente da estratégia de gestão de caixa e endividamento da Neogrid, a partir do aumento do custo relativo total da Operação em razão da redução da taxa básica de juros.</p> <p>Para mais informações sobre a debênture emitida pela Companhia, vide itens 18.5 e 18.12 deste Formulário de Referência.</p>
e. Política de destinação de resultados	<p>A Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados, sendo a destinação dos resultados regida pelo Estatuto Social da Companhia.</p>

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 – Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não aplicável à Companhia, haja vista que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Em 02 de janeiro de 2023, a Neogrid Informática manifestou a intenção de converter o mútuo com sua coligada Horus em participação societária. Após a conversão, a Neogrid deterá 51% de participação societária na Horus. A data da efetivação da conversão depende de trâmites societários e deve ser concluída até o prazo máximo de 30 de abril de 2023, data em que efetivamente a Neogrid obterá o controle dessa operação.

Em 21 de junho de 2022 e em 28 de abril de 2023, foram revistas as condições contratuais estabelecidas com a Horus, resultando nas seguintes alterações:

- (i) Foram atreladas à contraprestação contingente metas de Earn Out de Mútuo e de MRR. A Administração considera que a estimativa dos respectivos Earn Outs é de R\$ 1.875;
- (ii) Cancelamento da opção de compra com vencimento em 18 meses, sendo substituída por conversão de ações via Contrato de Mútuo firmado entre as partes conforme Nota Explicativa 26b divulgado nas Demonstrações Financeiras de 2022. Sendo assim, o preço de aquisição dessa opção passa a ser atrelado ao valor de Mútuo;
- (iii) Postergação da opção de compra com vencimento em 30 meses, para 42 meses.

Em 28 de dezembro de 2023, a Neogrid Informática adquiriu a totalidade das ações da Horus. Desta forma, a Horus passa a ser uma controlada indireta. Maiores detalhes sobre os valores da operação, vide Nota Explicativa 9 divulgada nas Demonstrações Financeiras de 2022.

Não há outros contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021.

iii. contratos de construção não terminada

Não aplicável à Companhia, haja vista que não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável à Companhia, haja vista que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, a Companhia não teve itens fora do balanço que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante em sua condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável à Companhia, haja vista que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 que não estejam descritas no item anterior.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 – Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável à Companhia, haja vista que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, a Companhia não teve itens fora do balanço que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante em sua condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável à Companhia, haja vista que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, a Companhia não teve itens fora do balanço que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante em sua condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável à Companhia, haja vista que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, a Companhia não teve itens fora do balanço que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante em sua condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

2.10 Planos de negócios

2.10 – Plano de negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos da Companhia são direcionados para aumentar a capacidade de negócios da plataforma Neogrid e para expansão dentro do nosso mercado.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, os investimentos na aquisição de ativo imobilizado totalizaram R\$ 0,5 milhões; os gastos com pesquisa e desenvolvimento totalizaram R\$ 44,1 milhões e o caixa utilizado nas atividades de investimentos foi de R\$ 6,2 milhões no referido período. Já para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os investimentos na aquisição de ativo imobilizado totalizaram R\$ 2,1 milhões; os gastos com pesquisa e desenvolvimento totalizaram R\$ 33,3 milhões e o caixa consumido nas atividades de investimentos foi de R\$ 255,6 milhões.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, os investimentos na aquisição de ativo imobilizado totalizaram R\$ 0,3 milhões; os gastos com pesquisa e desenvolvimento totalizaram R\$ 51,7 milhões e o caixa gerado nas atividades de investimentos foi de R\$ 42,4 milhões no referido período. Já para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os investimentos na aquisição de ativo imobilizado totalizaram R\$ 0,5 milhões; os gastos com pesquisa e desenvolvimento totalizaram R\$ 44,1 milhões e o caixa aplicado nas atividades de investimentos foi de R\$ 6,2 milhões.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, os investimentos na aquisição de ativo imobilizado e intangível totalizaram R\$ 6,9 milhões; os gastos com pesquisa e desenvolvimento totalizaram R\$ 50,0 milhões e o caixa gerado nas atividades de investimentos foi de R\$ 52,2 milhões no referido período. Já para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os investimentos na aquisição de ativo imobilizado e intangível totalizaram R\$ 2,2 milhões; os gastos com pesquisa e desenvolvimento totalizaram R\$ 51,7 milhões e o caixa gerado nas atividades de investimentos foi de R\$ 30,7 milhões.

Até o final de 2023 e durante os próximos exercícios sociais, a Companhia continuará a investir no aumento da sua capacidade de negócios da plataforma Neogrid e na expansão dentro do seu mercado.

A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos disponíveis da seguinte forma:

- i. exploração do portfólio da Companhia na base atual de clientes por meio de investimentos em *marketing* para aceleração de *up-sell* e *cross-sell* nos clientes atuais;
- ii. novas soluções e ofertas de produtos por meio de investimentos em produtos e tecnologia para construção de novas funcionalidades que possam gerar mais monetização nos clientes atuais e explorar segmentos de negócios atualmente não atendidos pelos produtos atuais;
- iii. ampliação da participação no mercado (*Market share*) em que atuamos por meio de investimentos em desenvolvimento de produtos e ações *marketing* para buscar clientes que ainda não utilizam soluções Neogrid; e
- iv. consolidação do mercado por meio da aquisição de empresas que atuam no mesmo segmento da Companhia com o objetivo de acelerar a ampliação do seu *market share*;

2.10 Planos de negócios

v.complementariedade de portfólio por meio de investimento em produtos que complementam e/ou potencializam a plataforma Neogrid, ampliando desta forma a oferta de soluções que a Neogrid entrega ao mercado; e

vi.aquisição de novas tecnologias e capacidades por meio de investimento em recursos ou ferramentas tecnológicos que podem potencializar os produtos individualmente ou ainda a plataforma com o um todo, adicionando inteligência, *know-how*, ou ainda simplificando operações no sentido de ampliar o valor entregue, eficiência operacional e/ou reduzir custos.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia possui atualmente posição de caixa líquido disponível suficiente para o financiamento de suas operações e investimentos, que é resultante da captação de recursos em Oferta Primária realizada em 2020 e da geração operacional de caixa recorrente.

Para mais informações sobre a estrutura de capital e fontes de financiamento, vide item 2.1 deste Formulário de Referência.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos em andamento ou previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Em 22 de março de 2021 adquirimos a totalidade do capital social e dos direitos de subscrição ou opção de compra de quotas dos investidores Smarket Solutions Software de Apoio a Gestão Ltda. O preço da aquisição envolve: (i) o pagamento de R\$ 8,5 milhões efetuado no dia 23 de abril de 2021 (data do fechamento); (ii) parcela adicional findo o período de 360 dias a partir da data do fechamento, limitada ao mesmo valor da primeira e (iii) pagamento de até R\$ 10,0 milhões a título de *Earn Out* observando disposições contratuais, sendo que os pagamentos serão feitos de forma parcelada entre 2021 e 2023.

Em 20 de julho de 2021 adquirimos 20,69% do capital social da GRG Inovações e Tecnologia S.A (Horus), no valor de R\$ 6,0 milhões; e 3,45% pelo preço de R\$ 1,0 milhões pagos à vista na data do fechamento.

Em 16 de setembro de 2021, a Companhia adquiriu a totalidade do capital social da Arker Tecnologia e Desenvolvimento de Software Ltda, bem como dos direitos de subscrição ou opção de compra de quotas dos investidores da empresa adquirida. O preço da aquisição envolve: (i) o pagamento de R\$ 20,0 milhões efetuado no dia 16 de setembro de 2021 (data do fechamento); (ii) parcela adicional findo o período de 360 dias a partir da data do fechamento, no valor de R\$ 5,6 milhões e (iii) pagamento de até R\$ 32,1 milhões a título de *Earn Out* observando disposições contratuais, sendo que os pagamentos serão feitos de forma parcelada entre 2021 e 2025.

Em 30 de setembro de 2021, adquirimos a totalidade do capital social da Lett Serviços de Informação S.A., bem como dos direitos de subscrição ou opção de compra de quotas dos investidores da empresa adquirida. O preço da aquisição envolve: (i) aumento de capital da Companhia pelo exercício da opção de recompra estabelecida no Termo de Transação Referente aos Contratos de Mútuo Conversíveis em Participação e Outras Avenças celebrado entre a Lett e a Neogrid na data de 24 de dezembro de 2020; (ii) o pagamento de R\$ 20,9 milhões a ser efetuado na Data do Fechamento; (iii) parcelas adicionais de R\$ 5,2 milhões em 90 (noventa) dias contados de 31 de outubro de 2021, R\$ 5,6 milhões a ser pago no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias contados da Data do Fechamento e R\$ 5,6 milhões a ser pago no prazo de 360

2.10 Planos de negócios

(trezentos e sessenta) dias contados da data do pagamento da Terceira Parcela, e; (iv) pagamento de até R\$ 33,2 milhões a título de Earn Out observando disposições contratuais, sendo que os pagamentos serão feitos de forma parcelada entre 2021 e 2024.

Em 14 de dezembro de 2021, a Companhia adquiriu 51,1% do capital social da Predify Tech Ltda, bem como dos direitos de subscrição ou opção de compra de quotas dos investidores da empresa adquirida. O preço da aquisição envolve: (i) aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 1,3 milhões e; (ii) o pagamento de R\$ 3,1 milhões a ser efetuado na Data do Fechamento.

Em 21 de junho de 2022, foram revistas as condições contratuais estabelecidas com a Horus, resultando nas seguintes alterações: (i) Foram atreladas à contraprestação contingente metas de Earn Out de Mútuo e de MRR. A Administração considera que a estimativa dos respectivos Earn Outs é de R\$ 1,9 milhões (Nota Explicativa 23); (ii) Cancelamento da opção de compra com vencimento em 18 meses, sendo substituída por conversão de ações via Contrato de Mútuo firmado entre as partes (Nota Explicativa 26b). Sendo assim, o preço de aquisição dessa opção passa a ser atrelado ao valor de Mútuo; (iii) Postergação da opção de compra com vencimento em 30 meses, para 42 meses.

Em 28 de dezembro de 2023, a Companhia adquiriu 75,86% do capital social da GRG Inovações e Tecnologia S.A (Horus), bem como dos direitos de subscrição ou opção de compra de quotas dos investidores da empresa adquirida. O preço da aquisição envolve: (i) o pagamento de R\$ 2,0 milhões na data de aquisição e; (ii) pagamento de até R\$ 0,9 milhões a título de Earn Out de acordo com metas a serem atingidas em 2024.

Na mesma data, a Companhia adquiriu 24,9% do capital social da Predify Tech Ltda, bem como dos direitos de subscrição ou opção de compra de quotas dos investidores da empresa adquirida. O preço da aquisição envolve: (i) a conversão parcial de mútuo entre Predify Tech Ltda e Neogrid Informática Ltda, no valor de R\$ 2,9 milhões.

Na mesma data, a Companhia adquiriu 24% do capital social da Predify Tech Ltda, bem como dos direitos de subscrição ou opção de compra de quotas dos investidores da empresa adquirida. O preço da aquisição envolve: (i) o pagamento de R\$ 1,1 milhões efetuado no dia 28 de dezembro de 2023 (data do fechamento); (ii) parcela adicional com vencimentos em 90 dias e 180 dias a contar da data do fechamento condicionados ao faturamento de receitas de projetos ainda não entregues, no valor de R\$ 1,3 milhões e (iii) pagamento de até R\$ 5,5 milhões a título de Earn Out observando disposições contratuais, sendo que os pagamentos serão feitos de forma parcelada entre 2025 e 2026.

Os fundadores das adquiridas permanecerão na operação com cargo executivo, engajados na expansão dos negócios, estimulados por cláusula de pagamento adicional de aquisição com condição suspensiva a título de *Earn Out*, em caso de atingimento de metas de crescimento de receita recorrente (“MRR”) e resultados.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Desenvolvimento, tecnologia e inovação são atividades críticas da Companhia, visto que esta atua como provedora de softwares, que buscam solucionar problemas e gerar valores por meio da tecnologia. Os investimentos neste sentido direcionam a Companhia a fornecer soluções cada vez mais performáticas e agregam cada vez mais valor aos clientes de suas soluções.

Ao longo do exercício de 2023 a Companhia elaborou um plano estratégico de longo prazo, que prevê investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento para promover ganho de competitividade ao seu portfólio. Este planejamento, que foi desenvolvido com suporte da consultoria Bain &

2.10 Planos de negócios

Company, foi abordado pela Companhia no webinar de resultados do 3T23, onde foram apresentadas as verticais de negócio (Inteligência Comercial, Execução de Varejo, Supply Chain e Integração) e as respectivas oportunidades de mercado disponíveis para a Neogrid explorar a partir do desenvolvimento de novas soluções e evolução do portfólio atual, resultando em soluções mais aderentes aos desafios dos participantes das cadeias de consumo atendidas por cada vertical de negócio.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

As despesas com pesquisa e gastos com software totalizaram R\$ 44,1 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de 32,5% quando comparado com o período findo em 31 de dezembro de 2020, quando totalizaram R\$ 33,3 milhões.

As despesas com pesquisa e gastos com software totalizaram R\$ 51,7 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de 17,1% quando comparado com o período findo em 31 de dezembro de 2021, quando totalizaram R\$ 44,1 milhões.

As despesas com pesquisa e gastos com software totalizaram R\$ 50,0 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2023, representando uma diminuição de 3,3% quando comparado com o período findo em 31 de dezembro de 2022, quando totalizaram R\$ 51,7 milhões.

Maiores detalhes sobre a variação destes saldos podem ser encontrados no tópico 2.1 deste Formulário de Referência.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

A Neogrid realiza a divulgação formal de projetos juntamente com o lançamento, após percorridas as etapas de desenvolvimento tecnológico e projetos-piloto.

Maiores detalhes sobre as atuais ofertas da Neogrid podem ser encontrados no tópico 1.1 (7.1 em versões anteriores à de 2022 e 2021) do Formulário de Referência disponível no site da CVM (www.cvm.gov.br).

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

O total de despesas com Pesquisa e Desenvolvimento representou 17,9% da receita líquida, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O total de despesas com Pesquisa e Desenvolvimento representou 19,4% da receita líquida, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O total de despesas com Pesquisa e Desenvolvimento representou 18,5% da receita líquida, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Adicionalmente, ao longo de 2023, foram capitalizados gastos com desenvolvimento de alguns projetos, com claras perspectivas de retorno no médio/longo prazo que totalizaram R\$ 3,3 milhões, representando 1,2% da receita líquida.

d. Novos produtos e serviços, indicando:

Parte significativa dos novos serviços prestados pela Neogrid consiste em melhorias e ampliações de escopo das famílias de produto já existentes no portfólio da Companhia.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 – Outros fatores com influência relevante

Efeito de custos não recorrentes relacionados a integração de aquisições:

A Companhia incorreu em custos extraordinários relacionados, principalmente, ao processo de M&A, que totalizaram R\$ 4,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

A Companhia incorreu em custos extraordinários relacionados, principalmente, ao processo de M&A, que totalizaram R\$ 0,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Além disso, em 2022 incorremos em R\$ 3,2 milhões de gastos com reestruturação.

A Companhia incorreu em custos extraordinários relacionados, principalmente, ao processo de M&A, que totalizaram R\$ 0,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Foram geradas ainda receitas extraordinárias relacionadas aos ajustes de contas a pagar de earnout, de R\$ 13,4 milhões em 2023. Além disso, em 2023 incorremos em R\$ 4,7 milhões de gastos com reestruturação.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5 Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.1. Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma política de gerenciamento de riscos (“Política de Gerenciamento de Riscos”) que abrange todos os processos, áreas e empregados da Companhia, e contém diretrizes em relação ao processo gerenciamento de riscos, a tipologia dos riscos a que a Companhia está exposta, o processo de comunicação, priorização, tratamento, consulta, monitoramento e análise relativo à gestão dos riscos.

A Política de Gerenciamento de Riscos tem como referência (i) as diretrizes de governança corporativa do estatuto social da Companhia; (ii) as disposições constantes da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada; (iii) o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC (Código Brasileiro de Governança Corporativa); e (iv) o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”).

A última versão da política foi aprovada em pelo Conselho de Administração da Companhia e é aplicável a todos os colaboradores da Companhia, bem como de suas controladas, estando compreendidos os membros do Conselho de Administração da Companhia (“Conselho de Administração”), dos comitês relacionados ao Conselho de Administração (“Comitês”), da Diretoria Estatutária da Companhia (“Diretoria”), das áreas de assessoramento da Diretoria e do Conselho Fiscal da Companhia, quando instalado. Referida política encontra-se disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (ri.neogrid.com).

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A Política de Gerenciamento de Riscos tem por objetivo estabelecer os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos da Companhia e de suas controladas, de forma a possibilitar a identificação, avaliação e tratamento dos riscos para a perpetuidade dos negócios da Companhia.

i. Os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia informa que não possui política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado. Aplicam-se ao gerenciamento de riscos do mercado os mesmos princípios, diretrizes e responsabilidades detalhados para fins de Gerenciamento de Riscos (conforme discutido na seção 4.3 e 5.1 “b” acima).

Os riscos de mercado para os quais a Companhia busca proteção estão relacionados a todo e qualquer evento decorrente de incertezas ao qual a Companhia está exposta e que possa impactar negativamente o alcance dos objetivos e de geração de valor estabelecidos no seu plano estratégico de longo prazo. Dentre tais riscos, estão incluídos os riscos mencionados no item 4.3 deste Formulário de Referência, quais sejam: risco de câmbio, risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional.

A Companhia categoriza seus riscos conforme sua natureza:

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Riscos de Negócio e/ou Estratégicos: são os riscos associados às decisões estratégicas da administração para atingir os seus objetivos de negócios, na busca de criação, proteção e crescimento sustentável e de valor. São causados por eventos de mudanças no ambiente externo (ambiente político, econômico e social, mercado, competidores, fusões e aquisições, disponibilidade, inovações, tecnologias e portfólio de produtos e/ou serviços), e também pela qualidade na gestão de eventos internos relativos às suas finanças (ambiente econômico, geração de caixa operacional, rentabilidade, endividamento, alavancagem, aplicação e captação de recursos financeiros).
- Riscos Financeiros: dividem-se em três segmentos:
 - (i) Riscos de Mercado: decorrem da possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços das commodities;
 - (ii) Riscos de Crédito: são caracterizados pela possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com terceiros e decorrem da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes; e
 - (iii) Riscos de Liquidez: consistem na possibilidade de a Companhia não conseguir honrar de forma eficaz suas obrigações, na data do vencimento, ou somente fazê-lo com elevadas perdas.
- Riscos de Conformidade/Compliance: são os riscos de sanções relacionadas ao descumprimento da legislação aplicável, acordos, regulamentos, códigos de conduta e/ou políticas. Incluem os riscos de fraudes em demonstrações financeiras e de desvios de ativos; corrupção e crimes cibernéticos.
- Riscos Operacionais: são aqueles que decorrem da inadequação ou falha na gestão da operação, processos internos e pessoas, sistemas, ativos, infraestrutura e clientes da Companhia, podendo afetar a sua eficiência operacional e sua utilização efetiva e eficiente de recursos. Tais riscos podem estar associados tanto à operação do negócio (marketing, vendas, comercial e logística), como à gestão de áreas de suporte ao negócio (administrativo, controladoria, contabilidade, controle, suprimentos, saúde e segurança do trabalho, meio ambiente, tecnologia da informação e relações sindicais).
- Riscos de Segurança da Informação: são aqueles que decorrem de ataques cibernéticos ou violações efetuadas por agentes externos (empresas, pessoas que não são funcionários da Companhia) ou internos (pessoas pertencentes à organização), se prevalecendo das vulnerabilidades apresentadas no sistema, ou por uso de engenharia social, que pode resultar em indisponibilidades imprevisíveis.
- Riscos Reputacionais: são aqueles que decorrem de eventos que podem prejudicar a imagem e a reputação da Companhia.

ii. Os instrumentos utilizados para proteção

A definição dos critérios para gestão de riscos analisa o contexto interno, que envolve a estrutura organizacional, processos, responsabilidades, sistemas de informação internos e

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

relações com as partes interessadas internas, assim como o contexto externo, envolvendo a análise do ambiente cultural, legal, social, político, financeiro, tecnológico e econômico.

A avaliação de riscos é um processo que serve como base e auxilia na tomada de decisão, identificando riscos prioritários, que necessitam de tratamento e gestão.

A Companhia está completamente comprometida com o gerenciamento dos riscos inerentes à sua atividade. A Companhia acredita que o gerenciamento efetivo destes riscos auxilia na preservação e desenvolvimento de seus valores e ativos, além de proteger a sua reputação. Tal gerenciamento é feito por meio de:

- a) identificação dos principais riscos de negócios, tanto internos quanto externos, aos quais a Companhia está exposta;
- b) monitoramento de mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar as atividades da Companhia;
- c) quantificação dos impactos econômicos diretos e indiretos dos itens acima;
- d) avaliação contínua dos riscos identificados, especialmente quanto aos aspectos de probabilidade de ocorrência e impacto financeiro adverso nos negócios, de forma a permitir a priorização e tratamento de tais riscos;
- e) análises dos riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa;
- f) adoção de procedimentos internos de gestão de riscos, com atribuições e funções de competências hierárquicas entre diversas áreas e departamentos da Companhia com o intuito de neutralizar ou mitigar os riscos identificados,
- g) difusão da cultura de gerenciamento de risco e consequente busca pelas melhores práticas de mercado;
- h) Acompanhamento das mudanças legislativas que possam afetar os negócios, e de boas práticas de governança, controles internos, riscos e compliance; e
- i) Acompanhamento de novas tecnologias de segurança de informação visando manter o ambiente operacional da Companhia o mais seguro possível.

A abordagem de gerenciamento de riscos considera as seguintes etapas:

Identificação de riscos: Nesta etapa do processo os riscos são identificados, reconhecidos e descritos com base no contexto, comunicação e consulta estabelecidos com as partes interessadas, internas e externas. Para coleta de dados e informações, sobre o porquê e como os riscos podem ocorrer, a Companhia utiliza os métodos de pesquisa documental e/ou entrevistas. As entrevistas envolvem pessoas com conhecimento adequado e que são diretamente responsáveis pela execução do processo, permitindo que os riscos sejam identificados e detalhados apropriadamente.

Análise de riscos: A categorização conforme natureza e a classificação do nível de risco, expresso pela combinação de probabilidade de ocorrência do evento e seu impacto potencial, são resultados desta etapa do processo. A Companhia classifica o nível de risco, conforme escala qualitativa, em: (i) risco inerente: representa o nível de risco geral, sem considerar os controles mitigatórios existentes; e (ii) risco residual:

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

representa a medida de risco remanescente após a aplicação do controle.

Avaliação de riscos: Nesta etapa a Companhia define quais riscos necessitam de tratamento e qual prioridade de implementação deste, com base nos resultados da análise de riscos. Todos os riscos classificados como de alto nível são considerados riscos-chave e devem ter a implementação do tratamento priorizada pois, possivelmente, farão parte do escopo de auditoria definido no cronograma anual. Os riscos classificados com nível médio também podem ser considerados como chave, conforme entendimento do processo e suas principais atividades. Para os riscos considerados não-chave, a implementação do tratamento deve levar em conta a viabilidade e a relevância para o processo.

Tratamento de riscos: A Companhia define a resposta que será adotada para modificar o nível do risco e elabora um plano de tratamento. As respostas a riscos estão classificadas nas categorias: (i) evitar: descontinuação das atividades que geram os riscos; (ii) reduzir: adoção de medidas que reduzem a probabilidade ou o impacto dos riscos; (iii) transferir/compartilhar: redução da probabilidade ou impacto dos riscos pela transferência ou pelo compartilhamento de uma porção do risco; e (iv) aceitar: nenhuma medida é adotada para afetar a probabilidade ou o grau de impacto dos riscos.

Monitoramento: O monitoramento contínuo e a análise crítica, dos riscos e seus tratamentos, realizados pela Companhia permite que mudanças no contexto externo e interno sejam detectadas, bem como, que melhores práticas sejam adotadas no processo de gestão de riscos e que os controles sejam eficazes e eficientes em seu desenho e operação. As avaliações independentes, realizadas anualmente pela auditoria (interna e/ou externa) e relacionadas à eficácia do processo de gerenciamento de riscos, fazem parte desta etapa e geram resultados que são apresentados ao Comitê de Auditoria e Conselho de Administração da companhia.

Comunicação: Durante todo processo de gestão de riscos existe uma efetiva comunicação informativa e consultiva entre as partes interessadas, internas e externas, permitindo: (i) que as necessidades, suposições, conceitos e preocupações sejam alinhadas; (ii) que as diferentes áreas de especialização sejam envolvidas no mapeamento dos riscos; e (iii) que todos os envolvidos estejam cientes de seus papéis e responsabilidades, bem como, confirmem e apoiem o tratamento dos riscos.

Os processos da Companhia são auditados e avaliados ao menos uma vez por ano por um auditor interno independente, conforme cronograma. A Companhia possui uma área de controles internos, compliance e risco, assim como uma área de auditoria interna, de modo a atender as exigências do novo mercado, a fim de verificar eventuais riscos aos quais está exposta. Durante estes processos, a matriz de riscos é compilada e atualizada. Tais registros contribuem para a identificação de riscos dentro da Companhia, funcionando como uma fonte de identificação possíveis ameaças/fraquezas. Além disso, anualmente a Companhia recebe a Carta de Controles Internos do auditor independente, onde são indicadas as principais deficiências no ambiente de controles internos da Companhia. A Companhia realiza a avaliação desta carta e busca se adequar a todas as exigências solicitadas pelo auditor externo independente.

Nos termos da Política de Gerenciamento de Riscos a Companhia contará com uma auditoria interna que atuará de forma independente e objetiva e reportar-se-á ao Conselho de Administração e seus comitês de assessoramento. A auditoria interna terá por responsabilidade verificar a eficácia da gestão de riscos da Companhia, bem como avaliar, ao menos anualmente, a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de riscos e controles internos, assim como prestar contas ao Conselho de Administração.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

A Companhia não possui instrumentos específicos para proteção de riscos patrimoniais. Não excluimos a hipótese, no entanto, de utilizar tais instrumentos, caso haja necessidade de minimizar o risco das operações de empréstimos e financiamentos e transações corporativas. No entanto, a Companhia realiza a análise do fluxo de caixa com liquidez diária, bem como a gestão dos ativos, conforme procedimento de investimentos que contém as respectivas diretrizes e medidas a serem adotadas.

iii. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Política de Gerenciamento de Riscos foi aprovada em reunião do Conselho de Administração, a Companhia estruturou as áreas que serão responsáveis pela execução e acompanhamento da Política de Gerenciamento de Riscos.

Durante o processo de Gerenciamento de Riscos, o Conselho de Administração e os comitês não estatutários (Comitê de Auditoria, Comitê de Ética e Comitê de Segurança da Informação), possuem atribuições distintas e devem atuar de maneira integrada, conforme competências abaixo estabelecidas. Outros comitês de assessoramento estatutários ou não poderão ser criados com o objetivo de contribuir para o monitoramento e eficiência dos mecanismos e procedimentos de Gerenciamento de Riscos.

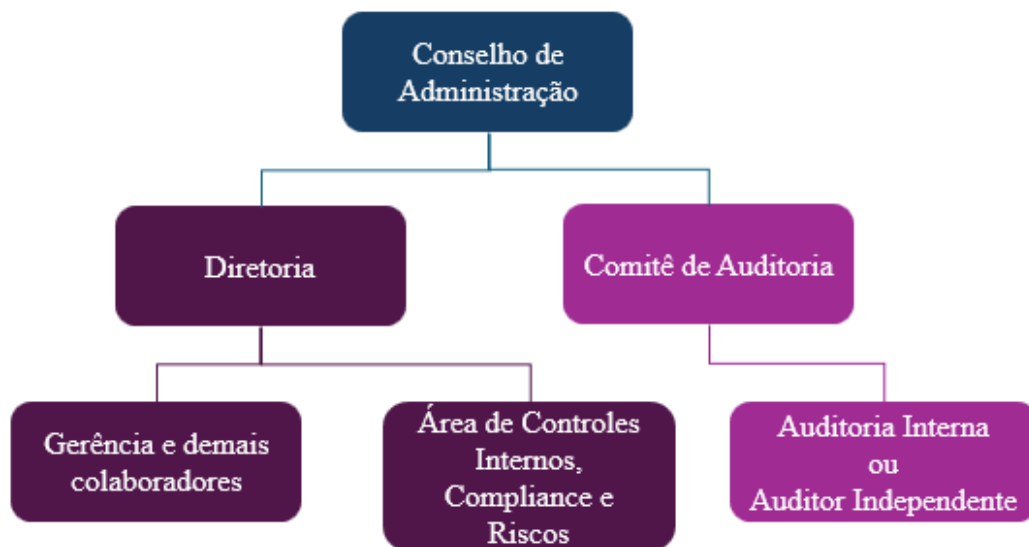
A Companhia estruturou áreas de apoio e assessoramento responsáveis pelo monitoramento e aprimoramento do gerenciamento de riscos, controles internos e governança corporativa da Companhia. O Conselho de Administração, a Diretoria, o Comitê de Auditoria, Área de Controles Internos, Compliance e Riscos e demais áreas de assessoramento devem coordenar o processo de gestão de riscos e buscar a identificação, mensuração e monitoramento dos riscos associados, bem como dos riscos que possam impactar significativamente a elaboração das demonstrações financeiras e informações trimestrais da Companhia.

Linhas de Defesa

- **1ª Linha de Defesa (Atuação na mitigação e identificação de riscos):** Diretoria, diretorias não estatutárias, gerências e demais colaboradores da Companhia que atuam no dia a dia da empresa. São responsáveis por mitigar os riscos de acordo com as diretrizes desta Política e reportar informações relevantes relacionadas à gestão dos riscos no dia a dia da Companhia.
- **2ª Linha de Defesa (Análise e Monitoramento de riscos):** Área de Controles Internos, Compliance e Riscos. Responsável por mapear e monitorar riscos a ela reportados, pela implementação de medidas mitigatórias de riscos bem como pela atualização das políticas da Companhia de forma que nestas estejam contemplados todos os riscos identificados aos quais a Companhia está exposta.
- **3ª Linha de Defesa (Avaliação de todo o Processo):** Auditoria Interna. Responsável pela avaliação da eficácia do processo de gerenciamento de riscos adotado pela Companhia, em todas as suas frentes.

Abaixo pode ser encontrado o organograma com as estruturas de reporte relacionadas ao gerenciamento de riscos:

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado



Conselho de Administração

Órgão responsável por aprovar a presente Política de Gerenciamento de Riscos e suas revisões futuras, estabelecer diretrizes gerais na gestão de riscos e por auxiliar a Diretoria e demais áreas na implementação de medidas mitigatórias dos riscos aos quais a Companhia está exposta. Adicionalmente, tem por atribuição definir o nível de apetite ao risco da Companhia na condução de seus negócios, bem como, em conjunto com o Comitê de Auditoria monitorar e controlar a qualidade das demonstrações financeiras e das informações trimestrais, dos controles internos e do gerenciamento de riscos e compliance.

Diretoria

Órgão responsável por adotar mecanismos para gerenciamento de riscos, seguindo as decisões tomadas nas Reuniões (conforme definido abaixo), utilizando-se de instrumentos de controle por meio de sistemas adequados e profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Cabe ainda à Diretoria avaliar ao menos anualmente a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (compliance) e prestar contas ao Conselho de Administração sobre essa avaliação.

Comitê de Auditoria

Órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração que tem por objetivo (i) fornecer ao Conselho de Administração avaliações independentes, imparciais e tempestivas sobre a qualidade e efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança, da adequação dos controles e do cumprimento das normas e regulamentos associados às operações da Companhia, inclusive o monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras e das informações trimestrais; (ii) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; e (iii) acompanhar as atividades da Área de Controles Internos, Compliance e Riscos e reportar suas atividades ao Conselho de Administração, que avaliará, ao menos anualmente, se a estrutura e orçamento desta é suficiente ao desempenho de suas funções. O coordenador do Comitê de Auditoria será o responsável por avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia relacionados a questões contábeis.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Área de Controles Internos, Compliance e Riscos

Área de assessoramento subordinada ao Comitê de Auditoria. A Área de Controles Internos, Compliance e Riscos tem por atribuição auxiliar na implementação de medidas mitigatórias dos riscos aos quais a Companhia está exposta, bem como na análise da conjuntura econômica brasileira e mundial e seus potenciais reflexos na posição financeira da Companhia. Além disso, juntamente com a administração, é responsável por analisar constantemente os riscos aos quais a Companhia está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa, monitorando mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades. Reporta-se diretamente aos membros do Comitê de Auditoria, provendo, sempre que necessário, todas as informações quanto à limitação da exposição da Companhia aos riscos aos quais está submetida. Também é responsável pelo desenvolvimento, teste e implantação dos modelos e metodologias para mensuração e gestão dos riscos, a criação e manutenção de controles internos visando a governança da Companhia. Tem por responsabilidade, (i) a averiguação da implantação e manutenção dos planos de ação associados aos riscos inerentes às atividades da Companhia, bem como a disseminação, treinamento e recomendações da cultura de riscos e compliance entre os colaboradores da Companhia; (ii) o desenvolvimento, teste e implantação dos modelos e metodologias para mensuração e gestão dos riscos; (iii) a atualização, sempre que necessária, das políticas internas e do código de conduta da Companhia. Referida Área pode ser composta por consultores, colaboradores e/ou gerentes da Companhia, sendo vedada a acumulação com atividades operacionais.

Auditoria Interna

Atuando de forma independente e objetiva, a área de Auditoria Interna reporta-se ao Conselho de Administração e seus comitês de assessoramento. Tem por responsabilidade verificar a eficácia da gestão de riscos da Companhia, bem como avaliar, ao menos anualmente, a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de riscos e controles internos, assim como prestar contas ao Conselho de Administração.

Gerências e demais colaboradores

Responsáveis por observar integralmente as ações de mitigação de riscos no dia a dia da Companhia.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos apresenta elevado grau de confiança e se encontra preparada para prevenir e detectar fraudes e erros. Controles internos consistem em um processo desenvolvido para garantir, com razoável certeza, que sejam atingidos os objetivos da Companhia nas seguintes dimensões:

- Eficiência e efetividade operacional;
- Confiança nos registros de dados e informações;
- Conformidade; e
- Abordagem baseada em risco.

A Companhia envida esforços constantes para aprimorar os processos e controles, sempre visando segurança e mitigação de riscos. Os procedimentos de controles internos são ajustados e adaptados à medida que se julgue necessário.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia acredita que seus procedimentos de controles gerenciais são adequados para proteger e preservar os ativos da Companhia, garantir informações corretas e adequadas, promover a eficiência operacional da organização e estimular a obediência e o respeito às políticas corporativas. Estamos alinhados às melhores práticas de controles internos, bem como atestamos o correto funcionamento do ambiente de nossos controles, os quais estão de acordo com a complexidade dos nossos negócios e visam garantir as boas práticas de governança, mercado e atendimento às legislações e regulamentos aplicável, sempre zelando pela qualidade e integridade dos relatórios financeiros, pela adequação e eficácia dos nossos controles internos.

Além disso, possuímos um Plano de Continuidade de Negócio (PCN) que é um conjunto de procedimentos documentados que direcionam a organização a responder, recuperar, retomar e restaurar um nível de operação pré-definido após a ocorrência de interrupção na operação/situações emergenciais. O PCN é composto pelos seguintes processos:

- Análise de impacto no negócio (BIA - Business Impact Analysis): analisa todos os processos da empresa para identificar os processos de negócio críticos de acordo com critérios estabelecidos pela empresa.
- Plano de Contingência Operacional (PCO): visa listar os procedimentos para operar em contingência, ou seja, é a solução paliativa para a interrupção do processo ou do ativo.
- Plano de Recuperação de Desastre (PRD): visa listar os procedimentos para recuperar um ativo de TI retornando-o à operação normal.
- Plano de Comunicação: trata da comunicação interna e externa (com clientes e meios de comunicação) acerca de situações de crise e contingência.

Adicionalmente, a Companhia entende que os procedimentos internos e sistemas de elaboração de demonstrações financeiras são suficientes para assegurar sua eficiência e precisão. Com o acelerado crescimento, os diretores da Companhia decidiram pela implantação de ações que assegurem a promoção da confiabilidade nas demonstrações financeiras, segurança e conformidade dos controles internos.

A Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, tem como principal objetivo estabelecer as diretrizes e responsabilidades na gestão de riscos da Companhia, especialmente no tocante à criação de mecanismos para identificação e análise dos riscos que possam afetar a Companhia, bem como controles e procedimentos para monitoramento, de forma a prevenir sua ocorrência ou minimizar seu impacto.

Com relação aos seus controles internos, a Companhia procura sistematicamente fortalecer as melhores práticas de governança, com foco nos pilares de anticorrupção, prevenção a fraudes e ataques cibernéticos e defesa da concorrência, implementando processos de constante monitoramento das práticas adotadas em nome da Companhia, de modo a garantir o atendimento a todas as leis e normas regulamentares aplicáveis, pela Companhia, pelos seus colaboradores e pela administração. Ademais, a Companhia disponibiliza à sua administração

5.2 Descrição dos controles internos

e aos seus colaboradores orientações mínimas sobre a conduta deles esperada, sendo que, em caso de violação das regras internas ou exigências externas envolvendo a Companhia, são aplicadas orientações disciplinares ou medidas corretivas, conforme o necessário. A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para a elaboração de suas demonstrações financeiras é adequado para o desenvolvimento de suas atividades e suficiente para assegurar que estas representem adequadamente sua posição patrimonial e financeira, bem como os resultados de suas operações.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

A Contabilidade é a área responsável pela elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, incluindo o Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração de Resultados Abrangentes e notas explicativas.

O Comitê de Auditoria acompanha as atividades das áreas de contabilidade e compliance, reportando ao Conselho de Administração quando necessário.

O auditor externo independente é contratado para emitir uma opinião sobre as demonstrações financeiras, e que, no escopo de seu trabalho, considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, para planejar os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

A Auditoria Interna atua de forma independente e objetiva e reporta-se ao Conselho de Administração e seus comitês de assessoramento. Tem por responsabilidade verificar a eficácia da gestão de riscos da Companhia, bem como avaliar, ao menos anualmente, a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de riscos e controles internos, assim como prestar contas ao Conselho de Administração.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Com o mapeamento dos controles chaves por processo, são executados testes periódicos para avaliar a eficácia e a efetividade operacional dos controles chaves, os quais são realizados pela área de Auditoria Interna e reportados ao Comitê de Auditoria. Para todas as deficiências identificadas em uma avaliação de controles internos, as áreas de negócios responsáveis definem planos de ação para remediá-las.

O resultado de todos os trabalhos de controles internos é reportado pela Diretoria ao Comitê de Auditoria, que monitora e reporta os processos relevantes ao Conselho de Administração da Companhia, conforme a seguir:

- Procedimentos e processos da área de controles internos e área de Controles Internos, Compliance e Riscos.
- A adequação dos serviços prestados às necessidades da companhia pela área de contabilidade, responsável pela elaboração das demonstrações financeiras da companhia;
- O monitoramento, a qualidade e integridade: a) dos mecanismos de controles internos; b) das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da companhia; e c) das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estruturados relatórios usuais das demonstrações financeiras;

5.2 Descrição dos controles internos

- A avaliação e o monitoramento as exposições de risco da companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: a) a remuneração da administração; b) a utilização de ativos da companhia; e c) as despesas incorridas em nome da companhia;
- A avaliação e o monitoramento, juntamente com a administração, da adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela companhia e suas respectivas evidenciações;

A elaboração do relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: a) suas atividades, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e b) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras da companhia.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores externos obtiveram entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria e conduziram procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias em conexão com as demonstrações financeiras dos últimos três exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro, oportunidade em que os auditores independentes, apesar de não identificarem deficiências significativas, relataram os Principais Assuntos de Auditoria (PAA), considerados os mais relevantes na execução da auditoria.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não aplicável, visto que no exame das demonstrações financeiras realizado pela auditoria externa independente, referente aos três últimos exercícios findo em 31 de dezembro, não foram apontadas deficiências.

5.3 Programa de integridade

5.3. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

Através do programa de integridade, a Companhia adota práticas destinadas à prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

O programa de integridade da Companhia está estruturado da seguinte forma: (i) Código de Conduta; (ii) Canal de Denúncia; e (iii) Política de Gerenciamento de Riscos, conforme descritos no item 5.4 a, (ii) deste Formulário de Referência.

i. Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia são: (i) o Código de Conduta; e (ii) a Política de Gerenciamento de Riscos. Sendo tais mecanismos e procedimentos atualizados em linha com a reavaliação dos riscos, conforme informado no item 5.1 deste Formulário de Referência.

Código de Conduta: O Código de Conduta da Companhia é aplicável a todos os colaboradores e administradores da Companhia e tem como objetivo descrever os princípios que regem os negócios e as atividades da Companhia e as normas de conduta que deverão ser aplicáveis aos seus colaboradores, fornecedores e intermediários. Sendo assim, o Código endereça as principais diretrizes e regras relativas: (i) ao relacionamento da Companhia e de seus colaboradores com (a) fornecedores; (b) clientes; (c) concorrentes; (d) órgãos governamentais; e (e) associações de classe; (ii) relacionadas a situações de conflito de interesses; (iii) ao oferecimento e recebimento de presentes e brindes; (iv) à proteção de informações sensíveis; (v) aos contatos com a imprensa; (vi) à responsabilidade socioambiental da Companhia; e (vii) as medidas disciplinares aplicáveis em casos de violação ao próprio Código de Conduta. Os colaboradores da Companhia devem participar de treinamentos sobre (i) as disposições do Código de Conduta; (ii) o cumprimento das leis anticorrupção; e (iii) as demais políticas da Companhia.

Política de Gerenciamento de Riscos: A Companhia possui a Política de Gerenciamento de Riscos que tem como objetivo estabelecer os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados por todos os colaboradores e administradores, no processo de gerenciamento de riscos da Companhia e de suas controladas, de forma a possibilitar a identificação, avaliação e tratamento dos riscos dos negócios da Companhia.

Canal de Denúncias: A Companhia possui canal de denúncias, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, de forma identificada ou anônima, observando o absoluto sigilo. As denúncias recebidas são apuradas detalhadamente e, se necessário, podem levar à imposição de medidas disciplinares internas aplicáveis, como (i) advertência oral ou por escrito; (ii) suspensão; (iii) desligamento; e (iv) demissão por justa causa. As penalidades serão aplicadas após avaliação e recomendação da Comissão de Ética de acordo com a gravidade da transgressão, sem prejuízo da aplicação de outras medidas previstas em lei.

Política Anticorrupção: A Companhia possui a Política Anticorrupção que tem como objetivo definir diretrizes e regras a serem adotadas pela Companhia para: (i) impedir a ocorrência de

5.3 Programa de integridade

práticas de corrupção e evitar que tais atos que possam refletir adversamente sobre a integridade e a reputação da Companhia; (ii) estabelecer as responsabilidades e os limites de atuação dos empregados da Companhia, reforçando a cultura interna e priorizando as ações necessárias; e (iii) formalizar a determinação da Companhia em adequar-se às leis aplicáveis, fortalecendo o negócio, as parcerias, as relações com clientes, fornecedores, empregados e com a sociedade.

Para mais informações sobre mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia, vide itens 5.1 a 5.3 deste Formulário de Referência.

ii. As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A implementação, aplicação e monitoramento do funcionamento, cumprimento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos descritos no Código de Conduta são de responsabilidade do Comitê de Ética da Companhia. O Comitê de Ética da Companhia atua juntamente com os departamentos de Recursos Humanos, Controladoria e Jurídico. Estes departamentos atuam de forma contínua, com o objetivo de disseminar e consolidar uma cultura corporativa ética, bem como, prevenir e detectar tempestivamente quaisquer condutas que possam representar uma violação ao Código de Conduta, às demais políticas da Companhia e/ou às leis e regulamentações vigentes aplicáveis às suas atividades, como, por exemplo, as Leis Anticorrupção.

iii. Se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

O Código de Conduta descrito na seção 5.4 a (i) acima, foi formalmente aprovado em Reunião do Conselho de Administração.

- **se ele a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Conduta se aplica a todos os colaboradores da Companhia, incluindo seus diretores, membros do seu conselho de administração, do seu conselho fiscal, quando instalado, dos comitês do conselho de administração, bem como de quaisquer outros órgãos com funções técnicas e/ou destinados a aconselhar os administradores (“Colaboradores”).

Todos os colaboradores da Companhia, após ingressarem, tomam ciência e participam de treinamentos sobre as políticas da Companhia, incluindo o Código de Conduta, Política Anticorrupção, bem como declaram por escrito, através de termo específico, que estão cientes de todo o seu conteúdo. Tais treinamentos são obrigatórios a todos os Colaboradores da Companhia. Tais treinamentos são obrigatórios aos Colaboradores e são realizados, no mínimo, uma vez a cada ano.

Atualmente, a Companhia tem como objetivo realizar um treinamento ao ano exclusivamente focado no combate à corrupção e fraudes, como forma de complementar todo o trabalho já realizado pelo Comitê de Ética, em conjunto com os departamentos de Recursos Humanos e Jurídico.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

5.3 Programa de integridade

Os Colaboradores que praticarem qualquer violação ao Código de Conduta estarão sujeitos às seguintes medidas disciplinares, previstas no próprio Código de Conduta: (i) advertência oral ou por escrito; (ii) suspensão; (iii) desligamento; e/ou (iv) demissão por justa causa.

Cabe ressaltar, que mesmo após a aplicação de qualquer destas penalidades ou sanções, a Companhia poderá adotar medidas legais necessárias ao ressarcimento de eventuais danos sofridos por ela, ou notificar as autoridades competentes sobre eventuais atos ilícitos ou crimes que tenham sido praticados por tal Colaborador.

Caso as violações tenham sido praticadas por fornecedores e/ou intermediários, a Companhia poderá determinar o encerramento dos vínculos contratuais existentes e buscar eventuais medidas judiciais cabíveis para possíveis ressarcimentos.

Eventuais medidas disciplinares e/ou sancionatórias deverão ser aplicadas de forma gradual e proporcional ao dano causado e à irregularidade identificada.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta da Companhia foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 19 de outubro de 2020 e está disponível no website da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (www.b3.com.br) e da Companhia (ri.neogrid.com).

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

A Companhia disponibiliza um Canal de Denúncias a todos os Colaboradores e terceiros que tenham interesse em comunicar uma preocupação, suspeita ou ocorrência de qualquer violação ao Código de Conduta, às demais políticas da Companhia, às Leis Anticorrupção e demais leis regulamentações aplicáveis às suas atividades.

O Canal de Denúncias da Companhia pode ser acessado de forma gratuita, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana através dos seguintes canais de contato:

- Website: <https://www.contatoseguro.com.br/pt/neogrid/relato/denuncia>
- Telefone: 0800 700 7979 (Atendimento 24 horas)

i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O Canal de Denúncias da Companhia é administrado pela empresa Contato Seguro – Canal de Ética e está sob responsabilidade dos membros do Comitê de Ética da Companhia, que será responsável por apurar, de forma detalhada, as violações supostamente praticadas.

ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O Canal de Denúncias pode ser acessado por colaboradores, fornecedores, intermediários ou quaisquer terceiros que possam ter interesse em reportar uma preocupação, suspeita ou a ocorrência de irregularidades.

iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

O Canal de Denúncias da Companhia é um veículo para receber, registrar e tratar denúncias feitas por Colaboradores e terceiros, cujo anonimato será rigorosamente mantido, caso o

5.3 Programa de integridade

denunciante assim o desejar. A Companhia não admite qualquer forma de retaliação contra qualquer indivíduo que reporte, de boa-fé, uma preocupação, suspeita ou a ocorrência de uma violação ao seu Canal de Denúncias e, caso ocorra, tal retaliação ou perseguição está sujeita à aplicação de sanções, na forma da legislação aplicável.

iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

As comunicações feitas através do Canal de Denúncias serão encaminhadas ao Comitê de Ética, que será responsável por apurar, de forma detalhada, as violações supostamente praticadas. O Comitê de Ética reportará o recebimento e o resultado da apuração das comunicações feitas por meio do Canal de Denúncias da Companhia ao Comitê de Auditoria, que será responsável pela aprovação dos relatórios de apuração e, caso seja cabível, aplicar as medidas disciplinares a cada caso específico.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

A Companhia destaca que não houve casos, confirmados ou não, de irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota através do Código de Conduta da Companhia, Política Anticorrupção, regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.4 Alterações significativas

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

A Companhia continua em monitoramento constante de seu ambiente de controles internos e destaca que não houve alterações significativas em seus principais riscos ou em sua política de gerenciamento de riscos.

5.5 Outras informações relevantes

5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Além dos itens destacados acima, a Companhia vem monitorando de perto os riscos de liquidez e de crédito e, até o presente momento, não identificou impacto nos covenants financeiros.

A respeito do fator de risco “A Companhia está sujeita a perdas não cobertas por suas atuais apólices de seguro e a cobertura dos seguros contratados pela Companhia poderá não ser suficiente para cobrir perdas sofridas pela Companhia, o que poderá causar efeitos adversos sobre seus negócios”, a Companhia apresenta a seguir as principais informações relativas às apólices de seguros relativos contratadas:

Empresa	Tipo de Seguro	Cobertura 24/25
NEOGRID NE	D&O	USD 1.000.000
NEOGRID NE	E&O	EUR 2.500.000
NEOGRID PAR	D&O	BRL 30.000.000
NEOGRID PAR	Cyber	BRL 20.000.000
NEOGRID PAR	E&O	BRL 20.000.000
NEOGRID PAR	Property	em renovação
NEOGRID NA	D&O	USD 1.000.000
NEOGRID NA	Crime	USD 2.000.000
NEOGRID NA	E&O/Cyber	USD 10.000.000